



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 17ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**23/05/2013
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

Presidente: Senador Ricardo Ferraço

Vice-Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**17ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 23/05/2013.**

17ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 18/2013 - Não Terminativo -	SEN. FRANCISCO DORNELLES	7
2	MSF 19/2013 - Não Terminativo -	SEN. FRANCISCO DORNELLES	48

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)(55)(56)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Jorge Viana(PT)(51)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Randolfe Rodrigues(PSOL)(51)(52)(59)	AP (61) 3303-6568
Vanessa Grazziotin(PC DO B)(12)(14)	AM (61) 3303-6726	3 Lindbergh Farias(PT)(11)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Anibal Diniz(PT)(13)(52)(16)(17)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Eduardo Lopes(PRB)(25)(26)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(24)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Lídice da Mata(PSB)(50)	BA (61) 3303-6408/ 3303-6417	6 João Capiberibe(PSB)(23)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)			
Ricardo Ferraço(PMDB)(48)	ES (61) 3303-6590	1 Sérgio Souza(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6271/ 6261
Jarbas Vasconcelos(PMDB)(48)	PE (61) 3303-3245	2 João Alberto Souza(PMDB)(48)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Pedro Simon(PMDB)(48)(31)(32)(35)	RS (61) 3303-3232	3 Roberto Requião(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6623/6624
Eunício Oliveira(PMDB)(48)	CE (61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)(48)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Luiz Henrique(PMDB)(48)	SC (61) 3303-6446/6447	5 Ana Amélia(PP)(48)	RS (61) 3303-6083/6084
Francisco Dornelles(PP)(48)	RJ (61) 3303-4229	6 Sérgio Petecão(PSD)(48)(21)(22)(29)(41)	AC (61) 3303-6706 a 6713
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Alvaro Dias(PSDB)(46)(47)	PR (61) 3303-4059/4060	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(46)	SP (61) 3303-6063/6064
Paulo Bauer(PSDB)(46)(10)	SC (61) 3303-6529	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(46)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Jayme Campos(DEM)(38)(18)(53)	MT (61) 3303-4061/1048
Cyro Miranda(PSDB)(60)	GO (61) 3303-1962	4 Cícero Lucena(PSDB)(63)	PB (61) 3303-5800 5805
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)			
Mozarildo Cavalcanti(PTB)(57)(61)(62)	RR (61) 3303-4078 / 3315	1 Gim(PTB)(54)(42)(57)	DF (61) 3303-1161/3303-1547
Fernando Collor(PTB)(57)(39)	AL (61) 3303-5783/5786	2 Eduardo Amorim(PSC)(9)(57)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(34)(43)(44)(57)(33)	ES (61) 3303-4161/5867	3 VAGO(28)(45)(57)(27)	

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (11) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (12) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (13) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (14) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (15) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (16) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (17) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
- (18) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM)
- (19) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

- (20) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (21) Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (22) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (23) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (24) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (25) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (26) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (27) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (28) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (29) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (30) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (31) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (32) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
- (33) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (34) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
- (37) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (38) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (39) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (40) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (41) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
- (42) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (43) Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- (44) Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
- (45) Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
- (46) Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
- (47) Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
- (48) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (49) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
- (50) Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
- (51) Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
- (52) Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
- (53) Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
- (54) Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
- (55) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
- (56) Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
- (57) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
- (58) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (59) Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
- (60) Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
- (61) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
- (62) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 83/2013-BLUFOR).
- (63) Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPSDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 23 de maio de 2013
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA

17ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

	Deliberativa
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07.

Mudança no horário da Reunião

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 18, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDUARDO BOTELHO BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Alvaro Dias (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1)A matéria constou da Pauta do dia 16/05/2013.

2)A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nessa Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 19, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1)A matéria constou da Pauta do dia 16/05/2013.

2)A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nessa Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

1

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 18, de 2013 (Mensagem nº 93, de 14 de março de 2013, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de EDUARDO BOTELHO BARBOSA, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

RELATOR: Senadora **ALVARO DIAS**

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República deseja fazer do Senhor EDUARDO BOTELHO BARBOSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV), à luz do que damos início à análise curricular do Senhor Ministro de Carreira, com base no *curriculum vitae* apresentado pelo Ministério.

Consta no documento que o Ministro Eduardo Botelho Barbosa formou-se pela Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica, em Engenharia Comercial em 1976 e que ingressou no ano seguinte na carreira diplomática, tendo participado do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, do Instituto Rio Branco, em 1983. Dez anos após, concluiu mestrado em Políticas Públicas Internacionais, pela Universidade John Hopkins, Escola de Estudos Internacionais Avançados, Washington-DC, Estados Unidos da América. Em 2001, apresentou sua tese junto ao Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (*Promoção Comercial: considerações gerais, Canadá e reflexões sobre o caso brasileiro*).

Dentre as funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se a assistência na Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado (1977); Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (1988); Agência Brasileira de Cooperação (ABC) (1988); Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal (1997); e a Assessoria Especial do Ministério da Saúde (2007).

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Nova Iorque (1982); La Paz (1986); Washington (1990); Toronto (1998); Londres (2001); Moscou (2005).

Em reconhecimento por seus serviços, foram-lhe outorgadas as comendas Ordem Condor de Los Andes, Bolívia, grau de Oficial (1988); e a Ordem do Rio Branco, Brasil, grau de Grande Oficial (2010).

O país para o qual o Ministro de Carreira é indicado para assumir a função de Embaixador, a Argélia é um país do norte da África, cujos idiomas oficiais são o árabe, o francês e o tamazight e cuja religião de 99% da população é o islamismo, apresentando 10% de índice de desemprego e 60% de índice de alfabetização. A comunidade brasileira no país é de apenas 60 pessoas.

A Argélia é um dos maiores recipiendários da cooperação técnica brasileira na África com projetos que abrangem as áreas de agropecuária, meio ambiente, saúde (cirurgia cardíaca e pediátrica) e formação profissional em artesanato mineral e lapidação de gemas e jóias. De acordo com o relatório encaminhado pela chancelaria:

As mais recentes atividades de cooperação realizadas foram aquelas que deram início ao projeto “Fortalecimento da Pecuária Leiteira na Argélia”, cujo Ajuste Complementar foi assinado por ocasião da Comissão Mista Brasil-Argélia, ocorrida em julho de 2010, a saber: as capacitações em manejo e alimentação do rebanho bovino leiteiro e seu melhoramento genético, realizadas em outubro de 2012; bem como as capacitações em qualidade, processamento e subprodutos do leite e em uso de software para produção e controle zootécnico e reprodutivo realizadas em novembro de 2012.

Ademais dessa iniciativa, destacam-se as missões “Gestão e Monitoramento de Ecossistemas Florestais”, “Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Touil”, “Conservação de Recursos Hídricos e Solos em Zonas Úmidas do Rio Tell Oriental”, e “Transferência de Conhecimento para a Produção de Gemas Lapidadas, Jóias e Artesanato Mineral”. No quesito da ação humanitária, o Brasil tem apoiado as operações das agências das Nações Unidas no campo de refugiados do Saara Ocidental, em Tindouf, Argélia.

No que tange às relações comerciais bilaterais, tradicionalmente marcada por fluxos comerciais deficitários para o Brasil, há grande concentração das importações brasileiras em combustíveis (naftas para petroquímica, outros propanos liquefeitos e óleos brutos de petróleo). Quanto aos investimentos diretos, as empresas brasileiras têm ampliado sua

participação em licitações públicas e na formação de parceiras com empresas locais ou de terceiros países atuando na Argélia.

Em vista da natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse Relatório.

Sala da Comissão, em

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 18, DE 2013** (nº 93/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EDUARDO BOTELHO BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

Os méritos do Senhor Eduardo Botelho Barbosa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de março de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma caligrafia fluida e elegante, identificando-se como a do Presidente do Senado Federal.

EM nº 00036/2013 MRE

Brasília, 18 de Fevereiro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **EDUARDO BOTELHO BARBOSA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EDUARDO BOTELHO BARBOSA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00036 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

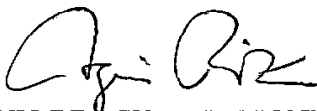
Brasília, 18 de fevereiro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **EDUARDO BOTELHO BARBOSA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina Democrática e Popular.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EDUARDO BOTELHO BARBOSA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *EDUARDO BOTELHO BARBOSA***

CPF.: 491.956.207-10

ID.: 7484 MRE

1952 Filho de Braulino Botelho Barbosa e Jandacy Leal Botelho Barbosa, nasce em 12 de maio, em Glasgow, Reino Unido (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1976 Ingénieur Commercial, pela Solvay, da Université Libre de Bruxelles, Bélgica
1983 CAD - IRBr
1993 Mestrado em International Public Policy, pela Johns Hopkins University, School of Advanced International Studies, Washington-DC/EUA
2001 CAE - IRBr, Promoção comercial: considerações gerais, Canadá, e reflexões sobre o caso brasileiro

Cargos:

1977 Terceiro Secretário
1980 Segundo Secretário
1986 Primeiro Secretário
1997 Conselheiro
2004 Ministro de Segunda Classe
2010 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1977 Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado, Assistente e Chefe, substituto
1982 Consulado-Geral em Nova York, Segundo-Secretário
1986 Embaixada em La Paz, Segundo e Primeiro-Secretário
1988 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor
1988 Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Assessor Diplomático
1990 Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário
1997 Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, Assessor e Chefe
1998 Consulado-Geral em Toronto, Cônsul-Geral Adjunto
2001 Embaixada em Londres, Conselheiro e Ministro
2005 Embaixada em Moscou, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2007 Ministério da Saúde, Assessor Especial do Ministro da Saúde
2010 Ministro de Primeira Classe

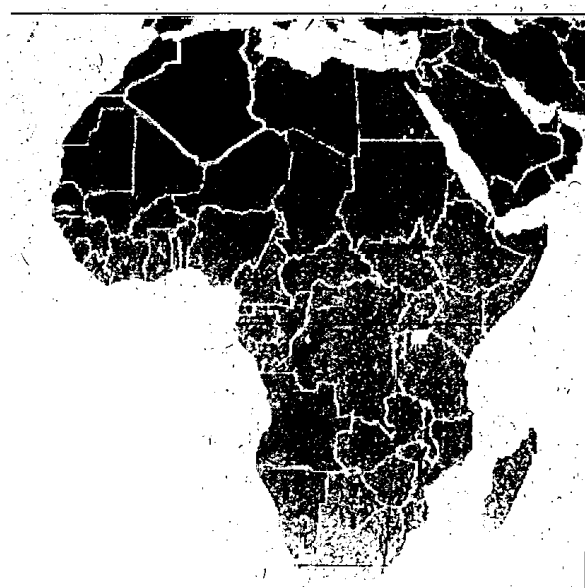
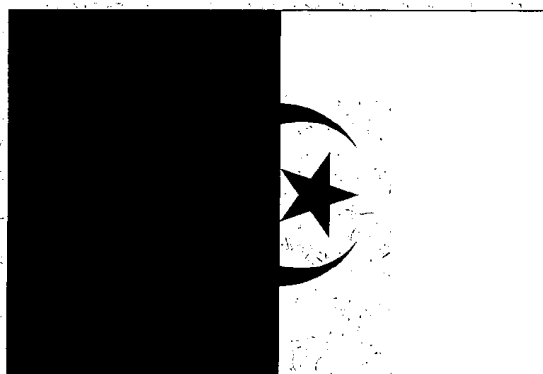
Condecorações:

1988 Ordem Condor de Los Andes, Bolívia, Oficial
2010 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ARGÉLIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Argelina Democrática e Popular
CAPITAL	Argel
ÁREA	2.381.741 km² (aproximadamente duas vezes a área do estado do Pará)
POPULAÇÃO (CIA, 2012 est.)	37,4 milhões (aproximadamente a soma da população dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro)
IDIOMAS OFICIAIS	Árabe (oficial), francês e tamazight
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (99%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo, com chefias de Estado e de Governo distintas
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral (Conselho da Nação e Assembleia Nacional Popular)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Abdélaziz Bouteflika (desde 1999)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Abdelmalek Sellal (desde 2012)
CHANCELER	Mourad Medelci (desde 2007)
PIB (Banco Mundial, 2011)	US\$ 188,7 bilhões (Brasil: US\$ 2,5 tri)
PIB PPP (Banco Mundial, 2011)	US\$ 313,5 bilhões (Brasil: US\$ 2,3 tri)
VARIAÇÃO DO PIB (Banco Mundial, 2011)	2% (2011); 3% (2010); 5% (2009); 2% (2008); 3% (2007); 2% (2006); 2% (2005).
PIB PER CAPITA (BANCO MUNDIAL, 2011)	US\$ 5.244 (Brasil: US\$ 12.594)
PIB PER CAPITA PPP (BANCO MUNDIAL, 2011)	US\$ 8.712 (Brasil: US\$ 11.846)
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar argelino (77,80 por US\$ 1,00)
IDH (PNUD, 2011)	0,698 (Brasil: 0,718)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2011)	73,1 (Brasil: 73,5)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (CIA, 2012 est.)	69,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (CIA, 2012 est.)	10,2%
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Djamel Eddine Bennaoum
EMBAIXADOR EM ARGEL	Henrique da Silveira Sardinha Pinto
COMUNIDADE BRASILEIRA (est.)	Cerca de 60 brasileiros residem no país.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

BRASIL → ARGÉLIA	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	3215,51	2427,42	2737,66	3133,9	2095,83	3200,16	4630,73	4367,37
Exportações	384,34	456,72	501,24	632,48	714,19	838,75	1493,76	1169,51
Importações	2831,17	1970,7	2236,41	2501,41	1381,64	2361,41	3136,97	3197,86
Saldo	-2446,82	-1513,97	-1735,16	-1868,92	-667,45	-1522,66	-1643,21	-2028,35

PERFIS BIOGRÁFICOS**ABDELAZIZ BOUTEFLIKA**
Presidente da República

Abdelaziz Bouteflika nasceu em 1937, em Oudja, no Marrocos, originário de uma família da cidade argelina de Tlemcen. Ao terminar seus estudos secundários, ingressou na Frente de Libertação Nacional (FLN), tendo ocupado postos de relevância no comando da luta armada e na organização política do movimento. Sua rápida ascensão dentro da FLN fez com que ele fosse nomeado Ministro já no primeiro governo independente, ocupando a pasta da Juventude, Esporte e Turismo, em 1962.

No ano seguinte, passou a comandar a pasta das Relações Exteriores, na qual se manteve por 16 anos. Sua gestão como chefe da política externa argelina foi extremamente ativa, buscando imprimir uma personalidade terceiro-mundista ao país.

Íntimo do presidente Boumediène, acabou perdendo força com a morte deste, em 1979. Ao afastar-se do poder, Bouteflika partiu em exílio aos Emirados Árabes, retornando em 1987. Em 1998, decidiu por sua candidatura à Presidência da República, amalgamando em torno de si uma forte coalizão de partidos, encabeçada pela FLN.

Seu Governo, iniciado em 1999 (e posteriormente prolongado com as reeleições de 2004 e 2009), marcou-se pela acentuada abertura econômica, que mantém um papel de grande proeminência para o Estado argelino, e pela busca da pacificação do violento conflito que tomou a Argélia nos anos 1990. Para tanto, Bouteflika procedeu a uma política de anistia (Lei da Concordância Civil, 1999-2000). E ao mesmo tempo em que manteve a proscrição do partido islâmico radical, adotou série de medidas de valorização do Islã, pretendendo neutralizar os extremistas.

Após a eclosão da chamada “Primavera Árabe” na região, Bouteflika iniciou programa de reformas políticas, que vem sendo conduzido com grande prudência e moderação. No bojo dessas reformas, prevê-se, entre outras medidas, a abertura do setor de telecomunicações a redes privadas de rádio e televisão.

ABDELKADER BENSALAH
Presidente do Conselho da Nação

Abdelkader Bensalah nasceu em 24 de novembro de 1941, na cidade de Fellaoucene, no oeste da Argélia. É Bacharel em Direito.

Em fins dos anos 1950, Bensalah participou ativamente da luta pela independência argelina, tendo combatido ao lado do Exército Nacional Popular. Em 1967, iniciou sua carreira profissional como jornalista do diário El Chaab. De 1968 a 1974, foi correspondente dos periódicos El Moudjahid e El Djoumhouria, de circulação em todo o Oriente Médio. Em 1977, ingressou na vida política como Representante da Assembleia Nacional Popular, cargo para o qual seria reeleito por duas vezes consecutivas.

De 1989 a 1993, foi Embaixador da Argélia junto ao Reino da Arábia Saudita e à Conferência da Organização Islâmica. Em 1993, foi Diretor de Informação e Porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Argélia.

Desempenhou importante papel como negociador durante o período de instabilidade política na década de 1990. Tornou-se membro da Comissão do Diálogo Nacional, em 1993. Foi eleito, em 1994, Presidente do Conselho Nacional de Transição, espécie de assembleia nacional provisória. Permaneceu no cargo até 1997, ano em que fundou o Movimento Nacional Democrático, partido do qual seria eleito Presidente. No mesmo ano, foi novamente eleito membro da Assembleia Nacional e seu Porta-Voz.

Bensalah é, desde 2002, Presidente do Conselho da Nação (Câmara Alta), cargo para o qual foi reeleito, em 2007. Segundo a Constituição argelina, o Presidente do Conselho da Nação é a segunda mais alta autoridade do país. Bensalah foi o Enviado Especial do Presidente Bouteflika, por ocasião da cerimônia de posse da Presidente eleita Dilma Roussef. Foi, também, representante do Presidente Bouteflika por ocasião da Rio+20, quando se encontrou brevemente com a Presidenta Dilma Rousseff, a quem fez entrega de mensagem pessoal do Chefe de Estado argelino.

ABDELMALEK SELLAL**Primeiro-Ministro**

Abdelmalek Sellal nasceu em 1º de agosto de 1948, em Constantine. Formou-se em 1974, com especialização em Diplomacia, na Escola Nacional de Administração (ENA) de Argel.

Sellal foi Chefe da *Daira* (“Prefeitura”) de Tamanrasset em 1977. Entre 1984 e 1989 exerceu, sucessivamente, o cargo de *Wali* (“Governador”) de Adrar, Bourmedès, Laghouat e Sidi Bel Abbès. Em 1989, recebeu função no Gabinete do Ministério do Interior. Após curta carreira no Ministério dos Negócios Estrangeiros, quando foi Chefe de Gabinete do Ministro (1995), e Embaixador em Budapeste (1996), foi nomeado, em 1998, Ministro do Interior, das Coletividades e do Meio Ambiente.

Desde o primeiro Governo Bouteflika (1999), com quem possui fortes vínculos políticos e pessoais, assumiu diversas pastas ministeriais: Ministro da Juventude e Esportes (1999-2001); Ministro de Obras Públicas (2001-2002); Ministro dos Transportes (2002-2004); e Ministro dos Recursos Hídricos (2004).

Em setembro de 2012, Sellal foi nomeado Primeiro-Ministro da Argélia pelo Presidente Bouteflika. É considerado administrador eficiente, pragmático e com bom trânsito em diferentes esferas políticas.

O novo Primeiro-Ministro conhece bem o Brasil e tem grande admiração pelo País. Seu filho, vítima de grave acidente, recebeu tratamento no Brasil, tendo sido operado duas vezes pelo cirurgião plástico Ivo Pitanguy.

MOURAD MEDELICI
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nomeado, em 2007, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mourad Medelci nasceu em Tlemcen em 30 de abril de 1943.

Formado em Economia pela Universidade de Argel, iniciou sua carreira na divisão financeira da empresa estatal de eletricidade e gás, SONEGAS, em 1970. Entre 1970 e 1980, sua experiência profissional concentrou-se no setor privado, tendo sido Presidente-Diretor-Geral da empresa argelino-suíça de estudos e de realizações industriais (SOMER), e Diretor-Geral da Empresa Nacional de Tabacos (SNTA).

De 1980 a 1988, Medelci foi Secretário-Geral do Ministério do Comércio. Em 1988, foi nomeado Ministro do Comércio. Entre 1990 e 1999, foi Ministro delegado para o Orçamento. Voltou ao Ministério do Comércio em 1999, e assumiu o Ministério das Finanças de 2001 a 2002. Em 2002, foi nomeado Conselheiro do Presidente da República. Em 2005, voltou a assumir o Ministério das Finanças, onde permaneceu até 2007, quando foi nomeado Chanceler.

O cargo de Chanceler é um dos postos de maior prestígio e visibilidade no Governo Bouteflika, já que o Presidente, tendo exercido a função por 15 anos, busca um papel de grande ativismo na área diplomática. A recondução de Medelci no momento da reeleição presidencial em 2009 demonstrou o desejo de manutenção das principais linhas de atuação argelina: o multilateralismo, e o apego a instâncias como União Africana, Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), e o Movimento dos Países Não-Alinhados, além da vertente econômico-comercial da política externa. Medelci foi também confirmado no cargo nas reformas ministeriais de 28 de maio de 2010 e de setembro de 2012.

Mourad Medelci visitou o Brasil em julho de 2010, quando copresidiu a IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Argélia.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Argélia constitui importante parceiro do Brasil. As relações Brasil-Argélia destacam-se não apenas pela ênfase que os dois países têm atribuído ao relacionamento político bilateral e pela sintonia que mantêm no tratamento dos grandes temas da agenda internacional, mas também pelo significativo intercâmbio comercial (a Argélia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil no continente africano), bem como pela amplitude da cooperação técnica bilateral.

Após a pacificação interna e a estabilização político-institucional da Argélia, na virada da década de 1990 para os anos 2000, os dois países colocaram em marcha adensamento sem precedentes das relações bilaterais. Em 2006, retomou-se o mecanismo da Comissão Bilateral Mista (Comista) e, desde 2010, os dois países contam com Mecanismo de Diálogo Estratégico. Até recentemente, além da Argélia, o Brasil possuía esse tipo de mecanismo no continente apenas com o Egito.

Contexto de adensamento das relações bilaterais

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Argélia em 1962, e abriu Embaixada residente em Argel no mesmo ano. Apesar de sempre terem sido fluidas, as relações bilaterais tomaram renovado ímpeto a partir do início dos anos 2000, com incremento contínuo dos fluxos comerciais; expansão paulatina dos domínios de cooperação; intensificação das visitas de alto nível e elevação do patamar do diálogo político bilateral.

Constitui importante marco do relacionamento a visita do Presidente argelino, Abdelaziz Bouteflika, a Brasília, em 2005. Nessa ocasião, Brasil e Argélia copresidirão a I Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA). O Presidente Bouteflika manteve encontro bilateral com o Presidente Lula, visitou o Senado Federal, a Câmara de Deputados e o Superior Tribunal Federal, e teve encontros com o então Ministro da Defesa Nelson Jobim e com o Procurador-Geral da República. Na ocasião, houve reunião de Ministros de Educação e de Ciência e Tecnologia, do lado brasileiro, e de Minas e Energia, do lado argelino, no Palácio do Planalto. Ademais, o Brasil manifestou apoio à admissão da Argélia na Organização Mundial de Comércio (OMC), bem como foram assinados três acordos bilaterais (nas áreas de proteção vegetal; de cooperação sanitária veterinária; e de isenção de vistos para pessoal diplomático e funcionários em serviço).

Em retribuição à visita do Presidente Bouteflika a Brasília, já em 2006, o Presidente Lula realizou visita de Estado a Argel. Na ocasião, foram assinados acordos nas áreas comercial, de transporte e navegação marítima, de cooperação agrícola e de segurança sanitária. Desde então, os dois Presidentes mantiveram encontros bilaterais em três outras oportunidades: em Abuja, em paralelo à I Cúpula África - América do Sul (AFRAS, hoje ASA - novembro/06); em Berlim, à

margem da Cúpula do G-8 (junho/07); e em Pequim, por ocasião da abertura das Olimpíadas (agosto/08).

No nível ministerial, também se registra aumento no número de encontros e visitas bilaterais. Criado em 1981, o mecanismo da Comissão Bilateral Mista (Comista), reunira-se, até então, apenas uma vez, em 1987. Após a visita do Presidente Lula a Argel, o mecanismo foi retomado, com a realização da II Comista, em 2006, por ocasião da visita ao Brasil do então Chanceler argelino, Mohamed Bedjaoui. Registre-se, ainda, que, desde 2005, o ex-Chanceler Celso Amorim esteve em Argel em quatro oportunidades: périplo de preparação da Cúpula ASPA (2005); Cúpula LEA (2005); visita presidencial (2006); e visita ministerial (2008).

Realizaram-se, ademais, dois encontros ministeriais, em Nova York, à margem da reunião anual da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU): em 2007, com o ex-Chanceler Celso Amorim; e, em 2011, com o Chanceler Antonio Patriota. Ainda no plano de encontros ministeriais, ressalte-se que a então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, realizou visita a Argel, em 2003, ocasião em que deu impulso às negociações para a instalação do Conselho Empresarial Brasil-Argélia. São também dignas de nota a missão econômico-comercial e empresarial chefiada pelos Ministros Furlan e Rondeau, em novembro de 2005, e a visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, a Argel, em janeiro de 2009, acompanhado de delegação empresarial de 96 membros, representando diversos setores.

Durante a realização da III Comista, em Argel, em junho de 2008, Brasil e Argélia exprimiram sua disposição em transitar de um quadro de cooperação frutífera para uma parceria estratégica reforçada. Foram também assinados seis acordos de cooperação, nos domínios de agricultura, tecnologia da saúde, proteção do meio ambiente e cooperação técnica para produção de artesanato.

Diálogo Estratégico e convergências no relacionamento

Em julho de 2010, realizou-se, em Brasília, a IV Comista, na qual foi estabelecido o Mecanismo de Diálogo Estratégico com a Argélia. Há expectativas de que o novo mecanismo seja inaugurado por ocasião de próxima visita à Argélia do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota. O Mecanismo de Diálogo Estratégico abrirá novas oportunidades de cooperação para Brasil e Argélia, uma vez que permitirá acompanhamento e apreciação abrangente das relações bilaterais, bem como troca aprofundada de impressões sobre temas regionais e internacionais de relevo.

Brasil e Argélia partilham posições e interesses em questões internacionais de grande importância, como o fortalecimento do multilateralismo, a priorização do diálogo político e da solução pacífica de controvérsias e o fomento ao desenvolvimento social como forma de promoção da paz e da segurança internacionais. Os dois países enfrentam desafios semelhantes, havendo múltiplas áreas em que podem desenvolver cooperação mutuamente vantajosa. É interesse de

ambos aprofundar crescentemente um modelo de cooperação Sul-Sul equilibrado, que traga vantagens para ambas as partes, sem as assimetrias que costumam caracterizar o relacionamento de países do Sul com países desenvolvidos.

Do ponto de vista econômico, nota-se complementaridade entre as duas economias. Vale lembrar que a Argélia é importante fornecedora de hidrocarbonetos ao Brasil, que, por sua vez, exporta para o mercado argelino majoritariamente produtos semimanufaturados, em especial açúcar. Devido ao marcado superávit comercial argelino – o que torna o país tradicional importador de bens de consumo –, há espaço para ampliação da exportação de produtos brasileiros para o país. Argel tem reiteradamente manifestado interesse no aumento da presença de empresas brasileiras na Argélia. A Andrade Gutierrez já opera no país desde 2007, com obras de infraestrutura em várias regiões argelinas, nas quais emprega cerca de 1.800 pessoas, das quais 85% são de origem local. Também cabe registrar que, em 2007, por ocasião da visita do Presidente da Petrobrás à Argélia, foi assinado Memorandum de Entendimento entre a estatal brasileira e a empresa argelina Sonatrach.

As sociedades brasileira e argelina compartilham, por sua vez, interesses e afinidades. Vale lembrar, nesse contexto, que o Brasil abriga a maior comunidade de ascendência árabe do mundo, estimada em 12 milhões de pessoas, o que contribui para a aproximação entre Brasil e Argélia. É também digno de nota o projeto de Acordo de Irmãação entre a cidade de Recife e a *wilaya* de Argel. No que diz respeito a pontos que unem os dois países, registre-se, ainda, que a Argélia acolheu, em seu território, exilados brasileiros durante o Regime Militar. Deve-se recordar, por fim, que, na esteira do movimento de intensificação de laços entre Brasil e Argélia, impulsionado pela visita do Presidente Bouteflika a Brasília, foi criado o Grupo Parlamentar Brasil-Argélia, em dezembro de 2005, com a vocação de promover o debate de temas de interesse em comum, e a cooperação entre os Parlamentos dos dois países.

Cooperação técnica

A Argélia situa-se entre os principais recipiendários da cooperação técnica brasileira na África (o maior, após os países de língua oficial portuguesa). Ao longo dos últimos anos, verificou-se notável incremento de intercâmbio de missões de cooperação entre os dois países e, em 2012, o Programa de Cooperação Técnica Brasil-Argélia contava com seis projetos em execução. A pauta de projetos abrange as áreas de agropecuária, meio ambiente, saúde (cirurgia cardíaca pediátrica) e formação profissional em artesanato mineral e lapidação de gemas e joias.

As mais recentes atividades de cooperação realizadas foram aquelas que deram início ao projeto “Fortalecimento da Pecuária Leiteira na Argélia”, cujo Ajuste Complementar foi assinado por ocasião da Comissão Mista Brasil-Argélia, ocorrida em julho de 2010, a saber: as capacitações em manejo e alimentação do rebanho bovino leiteiro e seu melhoramento genético, realizadas em outubro de

2012; bem como as capacitações em qualidade, processamento e subprodutos do leite e em uso de software para produção e controle zootécnico e reprodutivo, realizadas em novembro de 2012.

Em outubro de 2012, foi realizada missão de monitoramento dos projetos “Gestão e Monitoramento de Ecossistemas Florestais” e “Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Toul”, bem como de avaliação do projeto “Conservação de Recursos Hídricos e Solos em Zonas Úmidas do Rio Tell Oriental”, ambos executados pela Universidade Federal de Viçosa. As partes argelinas concernentes manifestaram satisfação com a qualidade dos cursos realizados e com o nível e profissionalismo dos professores e instrutores brasileiros.

Entre as iniciativas exitosas da cooperação bilateral, sobressai, ademais, o projeto de cirurgias cardíacas pediátricas, implementado em parceria com o Ministério da Saúde da Argélia. Do lado brasileiro, a principal instituição executora é o Instituto Nacional do Coração (INC). O projeto, cujo objetivo é o fortalecimento do conhecimento dos médicos argelinos em cirurgias cardíacas pediátricas e em seus procedimentos pré-operatórios e pós-operatórios, permitiu operar, até hoje, mais de 140 crianças sem nenhum registro de óbito. Em face dos resultados alcançados pelo projeto, o Ministério do Trabalho e da Previdência Social solicitou a inclusão de seu hospital, a “Clínica Médico-cirúrgica infantil (CMCI) MOUHAMED TOLBA”, no projeto em execução. Nesse sentido, missão exploratória foi realizada pela Associação Brasileira de Cooperação (ABC) e pelo INC, em outubro de 2011. A equipe da TV Globo News acompanhou, em junho de 2012, a última missão dos cirurgiões do INC, e realizou série de reportagens sobre o país.

No que diz respeito ao projeto “Transferência de Conhecimento para a Produção de Gemas Lapidadas, Joias e Artesanato Mineral”, implementado pela Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Gemas e Joias e Similares: Mineradores e Garimpeiros (ABRAGEM), os equipamentos necessários à realização das atividades foram adquiridos pela ABC, conforme previsto pelo projeto. Especialistas brasileiros realizarão a primeira missão de capacitação na Argélia proximamente.

As atividades previstas para 2013 permitirão dar seguimento aos projetos em execução, a saber: cursos de capacitação nas áreas de pecuária leiteira, gestão de florestas, manejo e tratamento das águas residuais e cirurgia cardíaca pediátrica. Ademais, serão realizados os primeiros cursos de capacitação do projeto de lapidação de joias e artesanato mineral.

O Governo brasileiro avalia a cooperação técnica com a Argélia como particularmente positiva, em vista do interesse e da boa capacidade do país em absorver a capacitação prestada. A Argélia, por sua vez, identifica no Brasil parceiro relevante, capaz de contribuir para o fortalecimento e expansão do conhecimento em diversas áreas-chave para o desenvolvimento socioeconômico argelino, como saúde, meio ambiente, agricultura e formação profissional, entre

outras. A Argélia não descarta manter com o Brasil, inclusive, ações de capacitação em bases comerciais no futuro.

Cooperação humanitária

O Brasil tem participado do esforço internacional humanitário de apoio às operações das agências das Nações Unidas no campo de refugiados do Saara Ocidental, em Tindouf, Argélia. Em 2010, o Governo brasileiro efetuou doação de US\$ 300 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), para a aquisição de alimentos (sobretudo açúcar) e, em 2012, de US\$ 120 mil ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para a aquisição de material escolar para crianças refugiadas.

Cooperação nas áreas de segurança e defesa

Brasil e Argélia têm desafios semelhantes nas áreas de vigilância e defesa do território: vastas extensões escassamente povoadas; fronteiras distantes e porosas; e ameaças de ação de grupos ilegais. Há oportunidades de cooperação em tais campos, bem como perspectivas de vantagens comerciais e de aquisição de conhecimento para ambas as partes. Nesse contexto, os países têm negociado acordo de cooperação em matéria de defesa, bem como troca de visitas técnicas de representantes de burocracias de segurança de cada país.

Como resultado da visita do Presidente Lula à Argélia e dos esforços que foram feitos para promover a parceria nessa área, o Ministério da Defesa argelino enviou, em setembro de 2006, missão para avaliar com o lado brasileiro as possibilidades de cooperação bilateral na área militar, e visitar diversas empresas e entidades brasileiras na área de Defesa. Em julho de 2007, foi apresentado, pela parte brasileira, projeto de acordo de cooperação na área. Em março de 2008, realizou visita ao Brasil o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas argelinas (“Armée Nationale Populaire”), máxima autoridade militar do país, ocasião em que manteve reunião institucional com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e visitou diversas instituições e empresas da área de defesa. Os anos seguintes registraram troca de impressões sobre as cláusulas do acordo, o qual deverá envolver a troca de missões técnicas, o envio de observadores militares para manobras e exercícios nacionais, e promoção e desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica de defesa.

Com a eclosão dos eventos no Norte da África que se convencionaram chamar de “Primavera Árabe”, em janeiro de 2011, a solução de tensões regionais ganhou prioridade na agenda política argelina. Nesse contexto, a Argélia tem buscado ampliar seus parceiros de cooperação também na área de segurança. Em outubro de 2011, o Subsecretário para Assuntos Políticos III do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro, realizou visita à Argélia, ocasião em que foram avaliadas perspectivas do relacionamento bilateral, bem como discutidos temas sensíveis para a segurança regional no Norte da África e no Sahel. Nessa visita, iniciaram-se também discussões para a possível realização de missões de

exploração, de lado a lado, para prospectar áreas de cooperação e de troca de informações para o combate ao terrorismo internacional.

Cúpulas ASA e ASPA

O relacionamento bilateral com a Argélia vê-se reforçado por meio de mecanismos birregionais de cooperação. A Argélia tem-se mostrado especialmente ativa nas Cúpulas América do Sul - África (ASA) e América do Sul - Países Árabes (ASPA), havendo copresidido com o Brasil a reunião de lançamento da I Cúpula ASPA, realizada em 2005, em Brasília.

O país ofereceu-se, ademais, para financiar e construir, em Argel, sede para a Biblioteca e Centro de Pesquisa Árabe - Sul-Americano (BibliASPA). Com a abertura de processo internacional de licitação de obras, iniciou-se, em março de 2012, a construção do prédio que sediará a Biblioteca. O projeto arquitetônico foi entregue ao Escritório Oscar Niemeyer, também em homenagem ao elevado prestígio do arquiteto na Argélia, onde participou da idealização de importantes projetos, com destaque para o, da Universidade de Constantine.

Com sede atualmente em São Paulo, a BibliASPA organizou, em cooperação com o Itamaraty, três edições do Festival Sul-Americano de Cultura Árabe. A Biblioteca disponibiliza, em seu endereço eletrônico (www.bibliaspa.com.br), conteúdo multimídia e literário para consulta, e publicou, nos idiomas dos países da ASPA, livros de literatura, a “Revista Fikr de estudos árabes e sul-americanos” e a “Gramática Árabe para Estudantes Sul-Americanos”. A BibliASPA é ainda depositária do “Plano de Ação de Cooperação Cultural da ASPA” e, nessa qualidade, assinou Memorandos de Entendimento com a Biblioteca Nacional do Catar, com a UNESCO e com a “Qatar Foundation”, para a promoção conjunta de atividades culturais e cursos de idioma árabe em países sul-americanos.

ASSUNTOS CONSULARES

Há cerca de 60 brasileiros na Argélia, segundo as mais recentes estimativas. A maioria é de funcionários de empresas multinacionais com contrato de curta e média duração (entre 6 meses e 2 anos), bem como de seus cônjuges e dependentes. Cerca de 10 brasileiros residem na Argélia com expectativa de permanecer por mais de 2 anos, de acordo com estimativa da Embaixada em Argel.

Devido à diminuta comunidade brasileira, não há Conselho de Cidadãos/Cidadania estabelecido no país.

A comunidade brasileira é atendida pelo Setor Consular da Embaixada em Argel. Não há consulados honorários.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessão de crédito oficial brasileiro a tomador soberano da Argélia.

POLÍTICA INTERNA

Histórico

Após sua independência, em 1962, a Argélia adotou regime de orientação socialista, dominado por partido único, a Frente de Libertação Nacional (FLN). O modelo socialista passou a apresentar sinais de esgotamento no final da década de 1980, o que resultou na eclosão de manifestações populares, que demandavam maior abertura política, em outubro de 1988. Em 1989, foi adotado regime multipartidário no país. Os eventos contestatórios e a abertura política observada no país ao final dos anos 1980 se convencionaram chamar de “Primavera Democrática” argelina. A crise institucional e as dificuldades econômicas enfrentadas pela Argélia ao longo da década de 1980 contribuíram, por outro lado, para o fortalecimento do fundamentalismo islâmico. Com a abolição da exclusividade da FLN como partido político, 20 novos partidos foram fundados, entre os quais a Frente Islâmica de Salvação (FIS), de orientação fundamentalista. A FIS venceria as eleições locais de 1990 (com 55% dos votos), bem como o primeiro turno das eleições para o Parlamento, em 1991. Frente às vitórias políticas da FIS, o então Presidente Chadli Bendjedid, pressionado pelas lideranças militares, dissolveu a Assembleia e, em seguida, renunciou (janeiro de 1992), passando o poder a um Alto Conselho de Estado, presidido por Mohamed Boudiaf. Teve início, então, um período de repressão à FIS, cassada pelas altas autoridades do Governo. O assassinato de Boudiaf, em junho de 1992, marcou o início de um ciclo de violência terrorista que dominaria a vida política argelina pelo restante dos anos 1990. O chamado “Decênio Negro” (“décennie noire”) vitimaria entre 100 e 200 mil argelinos.

Esse conturbado período ameaçou gravemente o Estado argelino, e compeliu o país a adotar postura tímida no cenário internacional. As Forças Armadas, tradicional sustentáculo institucional do país, assumiram o comando de um processo de pacificação que foi acusado de sérios abusos contra os Direitos Humanos, mas que, por fim, acabou sendo eficiente no combate ao terrorismo no plano doméstico. Ao mesmo tempo, o Governo argelino procedeu à reinstitucionalização da vida política: após eleições presidenciais em 1995, aprovou nova reforma constitucional por referendo, em 1996 (por 85% dos votos); promulgou anistia parcial; e realizou novas eleições, em 1999, vencidas por Abdelaziz Bouteflika.

O Governo Bouteflika logrou promover o alívio da situação de emergência política, social e econômica em que se encontrava o país desde 1988, colocando-o em uma via de relativa normalidade dentro de um contexto de mudança. Bouteflika venceu a guerra interna e promoveu a “reconciliação nacional”, pedra angular de sua obra política: reintegrou correntes islamistas moderadas ao jogo político, incorporando-as, inclusive, à coalizão de governo, e decretou uma anistia parcial, negociada secretamente com a insurgência e muito contestada pelas correntes liberais no país, mas que se demonstrou essencial à pacificação nacional. Em

decorrência da estabilização política, Bouteflika seria réeleito em 2004 (com 85% dos votos) e em 2009 (90% dos votos), após o estabelecimento de Emenda Constitucional que eliminou o limite de dois mandatos presidenciais. A pacificação alcançada pelo Governo deu espaço ao ressurgimento internacional da Argélia, após praticamente uma década de virtual retração em face das ameaças que pesavam contra o Estado.

Primavera Árabe - manifestações populares

A Argélia foi o segundo país, após a Tunísia, no mundo árabe, a experimentar manifestações populares, já nos primeiros dias de janeiro de 2011. A oposição, contudo, não logrou mobilizar as massas, como no Egito, na Líbia e na Tunísia, frente à ação repressiva do aparato estatal (sem grande recurso à violência em comparação aos demais países da “Primavera Árabe”); ao anúncio de subsídios a produtos da cesta básica e estímulos à geração de emprego; bem como às divisões no próprio seio da oposição. Analistas estimam, ademais, que, em decorrência da penosa memória do “Décênio Negro”, haveria consenso entre os grupos políticos mais expressivos no país acerca da via pacífica para transformações. Outros fatores relevantes foram a imagem pública positiva do Presidente Bouteflika nesse cenário e a relativa inclusão e reconciliação política alcançada no país a partir de sua pacificação.

Passado o sobressalto inicial para o Governo, o regime deu início a seu próprio movimento em direção à abertura ainda maior do sistema político. O “estado de emergência” que vigorava no país desde 1992 foi levantado em fevereiro de 2011. Novas leis facilitaram a criação de partidos, estabeleceram percentuais mínimos de mulheres no Parlamento e aumentaram a sua composição. O programa de reformas políticas se concluirá em 2013 com reforma constitucional, a ser enviada ao Legislativo, cujos contornos ainda não são conhecidos.

Apesar do descontentamento popular com as condições econômicas e políticas, o controle estatal sobre os aparatos de segurança, o cansaço da população com a história recente de conflito e violência civil, e as medidas de liberalização política poderão evitar os levantes revolucionários observados em outros países árabes.

Eleições legislativas

Conforme o calendário eleitoral vigente, ocorreram eleições parlamentares em maio de 2012. O pleito realizou-se sob a vigência de nova lei eleitoral, cujas inovações conferiram legitimidade interna e reconhecimento internacional ao processo de transformação da política argelina: aumento do número de cadeiras no Parlamento; estabelecimento de um número mínimo de mulheres nas listas eleitorais; supervisão das eleições por uma lista de magistrados (e não mais pelo Ministério do Interior); e convite a organizações internacionais para o envio de observadores (Liga dos Estados Árabes, ONU, UE). De fato, missão de

observadores eleitorais da UE fez avaliação geral positiva do pleito na Argélia, considerado livre e transparente. A comunidade internacional também elogiou as medidas introduzidas na legislação, que permitiram um aumento significativo no número de mulheres no Parlamento: de 31 entre 389 assentos (8%) para 145 entre 462 assentos (31%). A Argélia teria avançado, segundo dados divulgados pela mídia local, do 122º para o 26º lugar no ranking de países cujos Parlamantos contam com maior presença de mulheres, nível equiparado ao da Alemanha.

Houve pequena alteração na distribuição de cadeiras, que acabou por aumentar a vantagem dos principais partidos governistas, a saber, o FLN e o “Rassemblement National Démocratique” (RND, centro-direita), que obtiveram 291 cadeiras de um total de 462. A Aliança Argélia Verde (AAV), coalizão que reúne três partidos islamistas moderados (“Mouvement de la Société pour la Paix”/MSP – que rompeu com o Governo em 2012 –, o “Ennahda” e o “El Islah”), perdeu uma cadeira, passando de 48 a 47.

O baixo número de representantes de partidos islamistas eleitos, contrariando expectativas de analistas e do próprio Governo, parece corroborar a tese defendida pelo regime argelino sobre a particularidade da Argélia em relação aos países atingidos pela “Primavera Árabe”. A Argélia, afirma-se, já teria passado por sua “primavera” democrática com as manifestações de outubro de 1988, que levaram ao fim do regime de partido único no país, à adoção de nova Constituição em 1989 e a subsequente conflito civil, seguido de reconciliação nacional.

Não obstante a avaliação positiva dos observadores internacionais, tão logo divulgados os resultados pelo Ministério do Interior, a AAV denunciou uma “grande manipulação” e um “exagero ilógico dos resultados em favor dos partidos da administração”. A AAV não conseguiu esclarecer, contudo, em que etapa do processo teria ocorrido a fraude, limitando-se a responsabilizar o Presidente da República pelo fato.

Para o regime, os resultados eleitorais e o relativo enfraquecimento da corrente islamista, além de confirmar a particularidade argelina em relação a seus vizinhos magrebins (onde partidos islamistas obtiveram bons resultados), representaram importante vitória política do Presidente Bouteflika. Pelo apoio a sua coalizão de governo e pela contenção da tão temida “onda verde”, Bouteflika poderá ter maior tranquilidade e autoridade renovada para orientar as reformas constitucionais que julgar necessárias e, ao mesmo tempo, conduzir sua própria sucessão. Aos 75 anos, o Presidente Bouteflika encerrará seu terceiro mandato em abril de 2014.

Reformulação do Gabinete

Como reflexo dos resultados eleitorais, o Governo nomeou novo Gabinete em setembro de 2012. Foram confirmados os titulares de Pastas importantes, como Defesa, Interior, Energia e Finanças, bem como o Ministro de Relações Exteriores,

Mourad Medelci. Abdelmalek Sellal, ex-Ministro de Recursos Hídricos (desde 2004), sem filiação partidária, porém com fortes vínculos políticos e pessoais com Bouteflika, foi nomeado Primeiro-Ministro (o sexto ocupante do cargo desde que Bouteflika assumiu o poder, em 1999).

Constam do programa de Sellal a continuação das reformas políticas, o aprofundamento das medidas em favor da reconciliação nacional, a luta contra o terrorismo, o combate à corrupção, e a melhora na prestação de serviços públicos. No plano econômico, busca-se reforçar as grandes obras de infraestrutura, com ênfase em programa habitacional.

Após a reformulação do Gabinete, a coalizão governista ampliou-se. Além da corrente islamista Movimento pela Sociedade e a Paz (MSP, conhecido pelo seu antigo acrônimo Hamas), que ocupará três Pastas, passaram a integrar a coalizão de Governo três partidos, com uma Pasta cada: o Partido Liberdade e Justiça (PLJ, islamista moderado), o Movimento Popular Argelino (MPA, partido liberal), e a Aliança Nacional Republicana (ANR, nacionalista).

Sucessão presidencial

No contexto da reformulação do Gabinete, cumpre destacar o afastamento do então Secretário-Geral da FLN, Abdelaziz Belkhadem, do posto de Ministro de Estado representante pessoal do Presidente no Gabinete. Belkhadem, assim como o antigo Primeiro-Ministro Ahmed Ouyahia, eram potenciais candidatos governistas à sucessão de Bouteflika. Ambos não permaneceram na Direção Geral de seus respectivos partidos: Ouyahia, enfraquecido internamente, demitiu-se da Secretaria-Geral do RND em janeiro de 2013, enquanto Belkhadem foi destituído pelo Comitê Central da FLN no início de fevereiro de 2013.

As grandes mudanças na liderança dos dois principais partidos argelinos parecem ter enterrado, assim, as ambições presidenciais de Belkhadem e Ouyahia, com importantes reflexos sobre o processo sucessório. O atual Primeiro-Ministro tem sido apontado como possível sucessor de Bouteflika. As primeiras avaliações do desempenho de Sellal no Governo têm sido positivas, por imprimir maior transparência a sua gestão, seja no contato direto com a população, seja por sua grande abertura aos meios de comunicação. Há ainda figuras históricas que, longe do debate público, se movem no interior do regime e são vistas como politicamente viáveis, como o ex-Primeiro Ministro Mouloud Hamrouche (1989-1991), responsável por conduzir, na época, importantes reformas políticas de matiz liberal.

Resta saber qual a real intenção de Bouteflika em permanecer no poder. Após manifestar-se de maneira clara, quando do lançamento das reformas políticas (início de 2011), de que era chegado o momento de renovar a direção do país, Bouteflika não tem sinalizado nova disposição em deixar de apresentar-se para um quarto mandato.

Por ocasião das eleições regionais e municipais de novembro de 2012, foi confirmada a vitória dos principais partidos da coalizão governamental (FLN e

RND), e a perda substancial de apoio da coalizão islamista moderada (AAV). Vale destacar, ainda, o surgimento do Movimento Popular Argelino (MPA), novo partido liberal liderado pelo Ministro do Meio Ambiente, Amara Bényounès, que despontou como terceira força política do país, embora ainda distante da FLN e do RND. Após essas eleições, a Argélia passa por período de intensa movimentação política no nível das “wilayas” (províncias) e comunas (municípios), para formação das maiorias parlamentares regionais e a eleição dos Presidentes das Assembleias Populares. A movimentação tem grande importância para a preparação e o posicionamento dos partidos políticos para o embate presidencial de abril de 2014.

PODER LEGISLATIVO

O Poder Legislativo argelino é bicameral, composto por uma Câmara Baixa (Assembleia Popular Nacional, APN), com 462 membros, e pelo Conselho da Nação (Senado, CN), com 144 membros.

No Conselho da Nação, os representantes assumem mandatos de seis anos, sendo um terço escolhido pelo Presidente, e o restante, eleito pelas assembleias comunais por voto indireto. As últimas eleições ocorreram em dezembro de 2012. Para a Assembleia Nacional Popular, em que os representantes são eleitos por voto universal direto para mandatos de cinco anos, houve importante eleição em maio de 2012. O CN é instância revisora das decisões da APN.

O Parlamento não detém impacto significativo na formulação de políticas: a APN tem pouca iniciativa legislativa, e a quase totalidade das leis aprovadas são de iniciativa do Governo.

A Constituição concede ao Chefe de Estado um papel central na gestão dos assuntos do país. O Presidente é o Comandante Supremo das Forças Armadas e Ministro da Defesa.

POLÍTICA EXTERNA

A Argélia tem-se tradicionalmente apresentado no plano externo como país não-alinhado, com histórico de defesa do multilateralismo e de protagonismo diplomático em prol dos países em desenvolvimento.

Após sua pacificação interna e estabilização político-institucional, a Argélia tem realizado grande esforço para posicionar-se como ator internacional de relevo. Em consonância com seus esforços para promover maior abertura econômico-comercial, tem sido intensa a movimentação argelina em favor de sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC). O país exerce, ademais, diplomacia atuante em relação aos países árabes, e procura participar com visibilidade dos foros e iniciativas árabes ou islâmicas. No âmbito da segurança regional, a Argélia mostra-se comprometida com o combate ao terrorismo internacional, ao mesmo

tempo em que aponta para as consequências desestabilizadoras da intervenção externa na Líbia.

Oposição a intervenções internacionais

Durante a “Primavera Árabe”, a Argélia adotou postura rigorosa de não-ingestão nos negócios internos de seus vizinhos. Ao condenar a intervenção militar na Líbia, assim como os chamamentos a uma ação similar na Síria – posições promovidas, no âmbito da Liga de Estados Árabes (LEA), pelos países do Golfo, tendo o Catar na vanguarda –, a Argélia coloca-se em posição minoritária no Mundo Árabe. Cumpre destacar que a Constituição argelina veda a participação de suas Forças Armadas em operações no exterior.

No caso sírio, Argel tem defendido o tratamento da questão no âmbito da LEA, mas tem criticado a atuação da entidade, que vem pedindo a saída de Bashar Al-Assad. Setores da opinião pública argelina e analistas argelinos consideram que, em sua atuação, a LEA tem defendido os interesses das monarquias do Golfo e de países ocidentais.

Cenário de segurança no Sahel e o conflito malinês

Argel identifica como efeitos colaterais da operação na Líbia: a desestabilização do Sahel africano; a radicalização do processo político na Tunísia, com a atuação violenta de grupos salafistas; a tentativa de desestabilização dos campos de refugiados do Saara Ocidental em Tindouf (Argélia); e o recrudesimento da ação terrorista do Boko Haram na Nigéria. Considera ainda que será longo e penoso o processo de estabilização da Líbia.

No que tange ao conflito malinês, a Argélia argumenta que a ação internacional na Líbia levou à ocupação da parte norte do Mali por grupos terroristas e por rebeldes tuaregues, nacionalistas e islamistas, boa parte deles oriundos das milícias kadhafistas derrotadas; bem como provocou a circulação indiscriminada de armas, inclusive mísseis terra-ar, procedentes dos arsenais do antigo regime líbio.

Ao defender a necessidade de soluções negociadas para esse conflito, a Argélia busca distinguir os diferentes grupos atuando no norte do Mali, opondo-se à leitura que considera todos os movimentos na região como grupos terroristas. Argel argumenta, assim, que apenas a Al-Qaeda do Magrebe Islâmico (AQMI) atua com base no jihadismo terrorista, sendo o Movimento Unidade e Jihad na África do Oeste (MUJAO) um grupo criminoso. Nesse sentido, na visão argelina seria imperativo cooptar, no processo de transição nacional malinês, o grupo salafista Ansar Eddine (Defensores da Religião) e tuaregues nacionalistas, como o Movimento Nacionalista para Libertação de Azawad (MNLA). Por dispor de importante minoria tuaregue no sul e compartilhar extensa fronteira comum (1.300km), a Argélia intermediou, em diferentes ocasiões, acordos nacionais no Mali entre o Governo de Bamako e lideranças da etnia tuaregue. No contexto atual, a Argélia tem contribuído para trazer à mesa de negociações o Ansar Eddine.

Apesar de sua posição de princípio em favor de soluções políticas, a Argélia consentiu em autorizar o sobrevoo de seu território, no contexto da decisão francesa de intervir militarmente no Mali. A Argélia está disposta, ainda, a colaborar com o esforço de restauração da ordem no norte do Mali, compartilhando inteligência e reforçando suas fronteiras (já deslocou mais de 30 mil homens para a região sul). O Governo argelino mantém-se determinado, contudo, a não participar da operação militar em curso no país vizinho, o que responde também à vedação contida na Constituição da Argélia quanto ao envio de suas Forças Armadas ao exterior.

Combate ao terrorismo internacional

A Argélia assumiu, nos últimos anos, papel relevante no combate ao terrorismo internacional no norte da África, cooperando crescentemente com as potências ocidentais, em particular com os EUA e o Reino Unido, mas também com a França. Em articulação com Mali, Mauritânia e Níger, a Argélia formou o Comitê de Estados Maiores Conjuntos (CEMOC) e a Unidade de Fusão e de Ligação (UFL), instituições voltadas à coordenação de políticas e à troca de informações para o combate às redes terroristas e ao crime transnacional na região.

O ataque terrorista à base de exploração de gás em In Aménas (região argelina próxima à fronteira com a Líbia), em 16/1/2013, reivindicado por grupo ligado à AQMI, parece confirmar a percepção sobre o fortalecimento de grupos terroristas na região do Sahel a partir do conflito líbio. De acordo com o Primeiro-Ministro argelino, o Governo inicialmente tentou negociar com os terroristas, mas, diante da natureza das reivindicações, consideradas inaceitáveis, e da iminência de execução de reféns, decidiu pela intervenção das unidades de elite do Exército, que libertaram grande parte dos reféns, mas que ao mesmo tempo ocasionaram 37 vítimas fatais entre os mesmos.

Uma vez que a pacificação da Argélia e a reversão da situação de violência que marcou os anos 1990 no país constitui um dos principais legados políticos do Governo Bouteflika, é compreensível que o atual regime confira prioridade máxima ao tema da segurança do país e de seu entorno.

Relações com o Marrocos e a questão do Saara Ocidental

Nos últimos meses, por iniciativa do Presidente da Tunísia, Moncef Marzouki, voltou-se a propugnar, na região, pela retomada da implantação da União do Magrebe Árabe (UMA), mecanismo regional de integração política e econômica. Criada em 1989, a UMA sofreu, desde seu início, dificuldades relacionadas a divergências entre seus membros (Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia), em especial entre Argélia e Marrocos. Permanecem como pontos de maior sensibilidade no relacionamento bilateral a questão do Saara Ocidental e o fechamento das fronteiras terrestres entre os dois países desde 1994.

A principal causa de tensão no relacionamento entre Argel e Rabat são as posições antagônicas desposadas por ambos os países em relação ao Saara

Ocidental. Enquanto o Marrocos propugna autonomia relativa sobre a região, sem abrir mão de sua soberania sobre o território, Argel é fervorosa defensora do direito à autodeterminação do povo saaraui. O governo argelino reconhece e apoia, inclusive financeiramente, a República Árabe Saaraui Democrática (RASD), cujas instituições operam nos campos de refugiados de Tindouf, no extremo sudoeste da Argélia, e nos chamados “territórios liberados” do Saara Ocidental, sob controle da Frente Polisário. Argel considera, contudo, as instâncias multilaterais, em particular o Conselho de Segurança das Nações Unidas, como os foros mais apropriados para a discussão do pleito saaraui, inclusive apoiando os bons ofícios do Secretário-Geral da ONU, por meio de seu Enviado Pessoal, Christopher Ross.

Ainda que o tratamento multilateral da questão do Saara Ocidental pouco tenha avançado nos últimos anos, a despeito de rodadas de conversações patrocinadas pelas Nações Unidas, alguns analistas políticos afirmam que o processo de aperfeiçoamento democrático em curso no norte da África, com sistemas políticos crescentemente inclusivos, poderá, a médio-prazo, dar novo alento às negociações sobre o tema. Ainda no contexto da chamada “Primavera Árabe”, os recentes esforços de retomada do processo de integração regional consubstanciados na UMA constituem mais um elemento que poderá contribuir, a seu tempo, para a criação de condições para uma solução negociada sobre o status do território em disputa.

Sinal de distensão entre Argel e Rabat diante desse novo quadro é a reintensificação do relacionamento bilateral, com o aumento na regularidade de troca de visitas de Ministros “técnicos”. Em janeiro de 2012, realizou-se histórica visita do chanceler marroquino Saad-Edine El Othmani a Argel, evento que constituiu marco entre os dois países, uma vez que não se realizava visita de um Chefe da diplomacia marroquina à Argélia desde 2003. A visita transcorreu em clima de relativa harmonia, tendo havido, inclusive, audiência privada entre o chanceler marroquino e o Presidente Bouteflika.

Relação com outros parceiros relevantes

O relacionamento com os **Estados Unidos**, tênue até o final dos anos 1990, intensificou-se com a estabilização política e relativa abertura econômica do país do início dos anos 2000. A Argélia tem gozado de grande superávit comercial com os EUA, país que, sendo o principal destino bilateral das exportações argelinas, está pouco à frente do Brasil na lista de origens de importação. O combate ao terrorismo internacional também é importante eixo do relacionamento bilateral. Ao aumentar o rigor de suas medidas de segurança em aeroportos, Washington chegou a estender medidas especiais a cidadãos argelinos; contudo, devido ao comprometimento de Argel com o enfrentamento a grupos terroristas no Sahel, o país tem recebido crescente reconhecimento por parte da comunidade internacional, inclusive dos EUA.

As relações bilaterais com a **Europa** deverão permanecer prioritárias, tendo em vista o empenho argelino por buscar atrair investimentos, e projetos de formação para a diversificação de sua economia, na qual o setor de hidrocarbonetos desempenha papel hipertrofiado (cerca de 30% do PIB). Em suas relações mediterrâneas, a Argélia debate com parceiros europeus quatro temas prioritários: migrações (é grande o número de argelinos em diáspora, vivendo principalmente na França); segurança, em função da cooperação para combate ao terrorismo internacional; energia, já que a Argélia se consolida como um dos grandes fornecedores de petróleo e, sobretudo, gás à Europa; e comércio e investimentos (a União Europeia ainda é, de longe, o principal parceiro econômico da Argélia). Em abril de 2002, a Argélia assinou com a UE um Acordo de Associação, no quadro da Parceria Euro-Mediterrânea. Em vigor desde setembro de 2005, o Acordo estabelece parceria política e cooperação privilegiada em vários campos, e possibilitará ao país, ao cabo de um período de transição, estabelecer área de livre comércio com a Europa.

No contexto europeu, sobressaem-se as relações da Argélia com a **França**, as quais são intensas e complexas. Há fortes vínculos históricos entre os dois países e as duas sociedades estão profundamente imbricadas – estima-se em 900.000 o número de cidadãos franceses vivendo na Argélia, e em cerca de 1,5 milhão o número de argelinos e descendentes na França. Além de contribuir com a maior parte dos investimentos estrangeiros diretos na Argélia, a ex-metrópole é seu principal parceiro em cooperação bilateral, estruturada em torno dos setores produtivos, de infraestrutura, de ordenamento do território e de ensino superior. O conturbado passado colonial é visto pelos argelinos, contudo, como “página virada, mas não rasgada”. A ascensão de François Hollande, que reconheceu, em visita a Argel (dezembro de 2012), “os sofrimentos que a colonização infligiu ao povo argelino”, e adotou discurso menos hostil à imigração magrebina, lançou expectativa de um novo impulso para as relações bilaterais.

Com relação aos países emergentes, a China tornou-se, em 2007, o segundo maior fornecedor comercial da Argélia, e passou a ser importante consumidora de insumos energéticos argelinos. A Rússia, por sua vez, é grande fornecedora de material bélico a Argel. Na América do Sul, a Argentina desponta, ao lado do Brasil, entre os dez maiores exportadores para a Argélia.

ECONOMIA, COMERCIO E INVESTIMENTO

A economia argelina apresenta histórica dependência da exploração de hidrocarbonetos, que representou, em 2012, mais de 30% do PIB, e mais de 95% das exportações. Preocupada com a flutuação do preço internacional do petróleo, a Argélia planeja instituir um fundo de estabilização para a *commodity*.

A receita fiscal auferida com hidrocarbonetos resulta, por um lado, em condição macroeconômica saudável, mas, por outro lado, em elevado peso do setor público na economia. O país detém nível confortável de reservas internacionais (cerca de US\$ 200 bilhões), cuja gestão tem sido elogiada por autoridades monetárias internacionais. A Argélia possui dívida externa diminuta, pouco acima de US\$ 4 bilhões, e finanças públicas equilibradas.

Com relação aos fluxos de investimentos, o país tem buscado parceiros externos para investir em sua economia. A imposição legal da fórmula 49/51%, segundo a qual investidores estrangeiros devem associar-se minoritariamente (máximo de 49%) a empresas locais, tem tido, no entanto, efeito negativo na captação de investimentos externos diretos.

Para o ano de 2013, ao mesmo tempo em que planeja adotar política fiscal restritiva, o Governo argelino visa a diversificar a produção doméstica, programando investimentos em infraestrutura (sobretudo em habitação e transportes) e em formação de capital, conforme seu atual plano quinquenal de desenvolvimento (2010-2014). Essas medidas também visam a reduzir o nível de desemprego no país, estimado em 10,2%, o qual permanece particularmente elevado entre as mulheres (17%) e, principalmente, entre os jovens (21,5%).

No que concerne ao desempenho da produção, registra-se que os resultados para variação do PIB argelino foram estimados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2,5%, em 2012, e 3,4%, em 2013.

No relacionamento com o exterior, a União Europeia constitui o maior parceiro comercial argelino. As divisas geradas com a exportação de hidrocarbonetos transformam a Argélia em importador histórico de bens de consumo, sobretudo equipamentos industrializados (34,55% da pauta de importações em 2011); produtos semimanufaturados (23%) e alimentos (21,2%).

Os grandes fornecedores da Argélia em 2011 foram França (15,13% do volume de bens importados pela Argélia); Itália (9,93%), China (9,86%) e Espanha (7,15%). O Brasil figurou em oitavo lugar entre os fornecedores argelinos em 2011, com 3,79 % do volume importado pela Argélia, correspondendo a US\$ 1,49 bilhão de dólares.

Os principais compradores da Argélia em 2011 foram Estados Unidos (20,46%), Itália (14,2%), e Espanha (8,86%). O Brasil figura em sétimo lugar entre os importadores da Argélia, respondendo por 4,4% da pauta de exportações argelinas.

Com a elevação, nos últimos anos, do preço internacional de alimentos, a Argélia passou a enfrentar pressões inflacionárias, que o Governo buscou combater mediante concessão de subsídios específicos ao consumo. Segundo análise do FMI, a taxa de inflação anual argelina tende a reduzir-se de 8,4%, em 2012, para 5%, em 2013.

Comércio e fluxos de investimentos bilaterais

Embora tradicionalmente deficitário para o Brasil, em função da importação de hidrocarbonetos (naftas para petroquímica e óleos brutos de petróleo), o comércio bilateral tem demonstrado bom desempenho nos últimos anos. Há alguns anos, a Argélia consolidou-se como o 2º maior parceiro comercial brasileiro no Mundo Árabe (após a Arábia Saudita), e também 2º maior parceiro comercial do Brasil na África (após a Nigéria).

Desde a crise econômica mundial de 2008, os resultados anuais do intercâmbio comercial vinham apresentando crescente expansão, com valor recorde na corrente de comércio bilateral de US\$ 4,6 bilhões, em 2011. Entre 2008 e 2012, em contexto de crise econômica internacional, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 39%, sendo considerável o aumento de 85% nas exportações e de 28% nas importações.

Em 2012, contudo, o comércio Brasil-Argélia apresentou leve redução global (nos dois sentidos) de 5,7%, tendo atingido US\$ 4,3 bilhões. Esse resultado reflete ainda um crescimento de 23,5% no déficit comercial do Brasil com a Argélia, que chegou a US\$ 2 bilhões. O aumento no déficit comercial se justifica, sobretudo, à queda superior a 21% das exportações brasileiras para a Argélia.

As exportações brasileiras para a Argélia são compostas, em sua maior parte, por produtos semimanufaturados, que representaram 78,3% das vendas em 2012, com destaque para o açúcar (67%). Em seguida estão os bens básicos (sobretudo cereais), com 15,5%, e os manufaturados, com 6,2%.

As importações brasileiras originárias da Argélia apresentam alto grau de concentração. Combustíveis - naftas para petroquímica, outros propanos liquefeitos e óleos brutos de petróleo - somam quase que a totalidade das compras. Em 2012, como nos últimos anos, esse grupo representou 99% das compras brasileiras.

Nos últimos anos, empresas brasileiras ampliaram sua participação em licitações públicas e na formação de parcerias com empresas locais ou de terceiros países atuando na Argélia. Destaca-se a associação entre a Randon e o grupo argelino Cevital, responsável por parcela substancial das importações de açúcar e óleo de soja do Brasil. A mesma empresa firmou parceria com a brasileira NEOBUS, para a montagem local de carrocerias (em regime de CKD).

No momento, a Argélia busca implementar seu segundo plano quinquenal de desenvolvimento, no qual atenção prioritária é dada à construção da infraestrutura: estradas, portos, metrô, habitação popular, barragens, gasodutos. Apenas uma empresa brasileira - a Andrade Gutierrez - está instalada na Argélia, empenhada na construção de viaduto (Constantine), porto (Jijel), metrô (Argel), reforma de aeroporto (Oran), aterro sanitário (Corso), barragens e gasodutos. Em sua atuação no país, a empresa emprega cerca de 85% de mão de obra local.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1830: Invasão francesa; assinada Convenção que cede a Argélia à França
- 1832: Início da resistência à colonização francesa, sob a liderança de Al-Kader, entre outros
- 1848: Argélia é proclamada parte integrante da França, na Constituição da II República
- 1914: Argélia fornece contingentes de soldados para combater na Europa até 1918
- 1928: Primeiras grandes medidas para restringir a imigração argelina em direção à França
- 1942: II Guerra Mundial; desembarque aliado na Argélia
- 1943: Ida do General De Gaulle a Argel, com promessa de reformas
- 1945: Violenta repressão francesa contra manifestantes nacionalistas argelinos
- 1946: Cresce movimento nacionalista; fundação de partidos independentistas moderados
- 1947: Criação do primeiro braço armado para a luta anticolonialista
- 1954: Início da revolução de independência com marcada atuação da Frente de Libertação Nacional (FLN) e seu exército
- 1955: François Mitterrand dá impulso à Guerra da Argélia
- 1960: Reconhecimento pela ONU do direito argelino à independência
- 1962: Assinatura dos Acordos de Evian, com cessar-fogo
- 1962: Referendo aprova a independência da Argélia; Ahmed Ben Bella é eleito Presidente
- 1962: Violência contra argelinos de origem francesa e início da emigração em massa
- 1965: Ben Bella é deposto, em golpe de Houari Boumediène
- 1968: Nacionalizações; Argélia adota regime socialista de economia planificada
- 1969: Adesão à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)
- 1976: Rompimento de relações com o Marrocos pela questão do Saara Ocidental (até 1988)
- 1976: Constituição argelina aprovada por referendo, com 99% de votos afirmativos
- 1978: Morte do Presidente Boumediène, sucedido dias depois por Chadli Bedjedid
- 1986: Primeira reforma constitucional e flexibilização do sistema de partido único
- 1990: Frente Islâmica de Salvação ganha eleições municipais e, em 1991, legislativas
- 1992: Golpe militar anula eleições; onda de violência e terrorismo fundamentalista
- 1992: O intelectual no exílio M. Boudiaf, chamado para a Presidência, é assassinado
- 1999: Primeira eleição de Abdelaziz Bouteflika como Presidente

- 2004:** Reeleição de Abdelaziz Bouteflika para segundo mandato
- 2005:** Aprovação em referendo da Carta de Reconciliação Nacional
- 2007:** Atentados suicidas em Argel e no interior por grupo ligado à Al Qaeda (também em 2008).
- 2008:** Reforma constitucional suprime limite à reeleição do Presidente.
- 2009:** Abdelaziz Bouteflika reeleito para terceiro mandato
- 2011:** No contexto da “Primavera Árabe”, o Governo argelino adota série de medidas para reforma político-institucional, entre as quais a suspensão do estado de emergência, em vigor no país havia 19 anos
- 2012:** Realização de eleições legislativas para a Assembleia Popular Nacional. O Presidente Bouteflika nomeia Abdelmalek Sellal como novo Primeiro-Ministro da Argélia. Realização de eleições regionais e municipais. Atentado terrorista à base de exploração de gás na cidade de In Aménas

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1962:** Estabelecimento de relações diplomáticas
- 1962:** Abertura de Embaixada em Argel
- 1983:** Visita do Presidente João Figueiredo à Argélia
- 1985:** Visita do Presidente Chadli Bendjedid ao Brasil
- 1987:** I Reunião da Comissão Bilateral Mista (Comista)
- 2003:** Ministra das Minas e Energias Dilma Rousseff visita Argel
- 2004:** Criação do Conselho Empresarial bilateral
- 2005/Fev:** Chanceler Celso Amorim visita Argel
- 2005/Mai:** Visita do Presidente Abdelaziz Bouteflika ao Brasil
- 2005/Nov:** Visita do Ministro de Desenvolvimento Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, e do Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, à Argélia
- 2006/Fev:** Visita do Presidente Lula da Silva à Argélia
- 2006/Abr:** II Reunião da Comista, em Brasília
- 2006/Abr:** Chanceler Mohamed Bedjaoui visita o Brasil
- 2006/Nov:** Encontro dos Presidentes Lula da Silva e Bouteflika, em Abuja, à margem da Cúpula América do Sul-África (ASA)
- 2007/Mai:** Assinatura de MdE entre as empresas Sonatrach e Petrobras na área de energia, no contexto de visita do presidente da Petrobrás à Argélia
- 2007/Jun:** Encontro dos Presidentes Lula da Silva e Bouteflika, em Berlim, à margem de reunião de cúpula do G-8
- 2008/Mar:** Visita ao Brasil do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Argelinas, General Gaid Salah
- 2008/Jun:** III Reunião da Comista, em Argel
- 2008/Ago:** Encontro dos Presidentes Lula da Silva e Bouteflika, em Pequim, durante os Jogos Olímpicos

2008/Dez: Encontro do Chanceler Celso Amorim com seu homólogo argelino em Doha, à margem da conferência sobre o financiamento do desenvolvimento

2009/Jan: Visita do Ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Miguel Jorge, a Argel

2009: Reunião de seguimento da III Comista em Brasília

2010/Jun: Missão da ABC visita Argel para analisar cooperação em desertificação e cítricos

2010/Jul: IV Reunião da Comista, em Brasília

2010/Set: Visita do Ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Miguel Jorge, a Argel

2011/Set: Visita ao Rio de Janeiro do Ministro de Energia e Minas da Argélia, Youcef Yousfi, para participar do Fórum "World Energy Leaders Summit"

2011/Set: Encontro do Chanceler Antonio Patriota com seu homólogo argelino, Mourad Medelci, à margem do Debate Geral da 66a AGNU

2011/Out: Visita do Subsecretário-Geral Político para a África e Oriente do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Argel

2012/Jun: Vinda ao Brasil do Presidente do Conselho da Nação (Câmara Alta) argelino, Abdelkader Bensalah, no contexto da Rio+20

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima	13/04/1976	01/09/1977
Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica	03/06/1981	20/11/1983
Acordo para Criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Argelina para a Cooperação Econômica, Comercial, Científica, Tecnológica, Técnica e Cultural	03/06/1981	20/11/1983
Acordo de Cooperação Econômica	20/09/1987	21/12/1989
Acordo de Cooperação no Campo da Proteção dos Vegetais e da Quarentena Vegetal	12/05/2005	28/10/2008
Acordo de Cooperação em Matéria Sanitária Veterinária	12/05/2005	28/10/2008
Acordo sobre isenção de Vistos em favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos ou de Serviço	12/05/2005	02/05/2006
Acordo Comercial	08/02/2006	02/02/2010
Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima	08/02/2006	19/03/2010

Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular	21/05/2009	Acordo aprovado pelo Senado Federal em dezembro de 2012 (Decreto Legislativo 588/12). Aguarda-se ratificação pelo Legislativo argelino.
---	-------------------	--

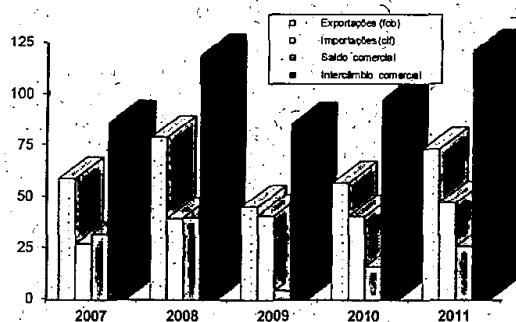
DADOS ECONOMICO-COMERCIAIS

ARGÉLIA: COMÉRCIO EXTERIOR

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	59,2	79,3	45,2	57,1	73,5	55,2	43,4
Importações (cif)	27,3	39,4	40,7	40,5	47,2	35,1	37,2
Saldo comercial	31,9	39,9	4,5	16,6	26,3	20,0	6,1
Intercâmbio comercial	86,5	118,6	85,9	97,6	120,7	90,3	80,6

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

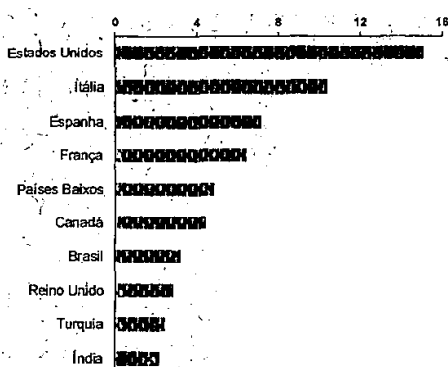


O comércio exterior argelino apresentou, em 2011, variação de 39% em relação a 2007, passando de US\$ 86,5 bilhões para US\$ 120,7 bilhões. No ranking do FMI, a Argélia figurou como o 47º mercado mundial, sendo o 47º principal exportador e o 52º importador.

ARGÉLIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Estados Unidos	15,1	20,6%	7,5	17,3%
Itália	10,4	14,2%	1,5	3,5%
Espanha	7,2	9,8%	6,0	13,7%
França	6,5	8,9%	2,9	6,7%
Países Baixos	4,9	6,7%	3,6	8,3%
Canadá	4,5	6,1%	4,4	10,1%
Brasil	3,23	4,4%	2,62	6,0%
Reino Unido	2,9	3,9%	2,2	5,1%
Turquia	2,5	3,4%	0,6	1,4%
Índia	2,2	3,0%	0,8	2,0%
Subtotal	59,5	81%	32,1	74%
Outros países	14,0	19%	11,2	26%
Total	73,5	100%	43,4	100%



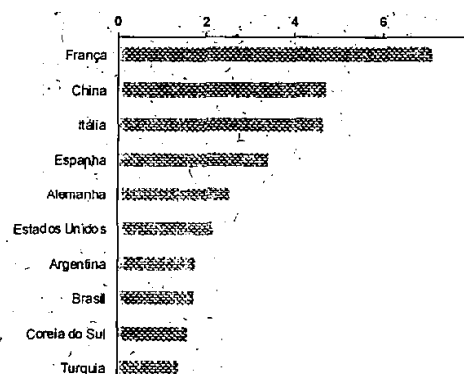
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

As exportações da Argélia foram destinadas, em sua grande maioria, aos países desenvolvidos. Os Estados Unidos representaram cerca de 1/5 das exportações. Na sequência apresentaram-se: Itália (14%); Espanha (10%); França (9%) e Países Baixos (7%). O Brasil obteve o 7º lugar entre os principais destinos em 2011, participando com 4,4% do total.

ARGÉLIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

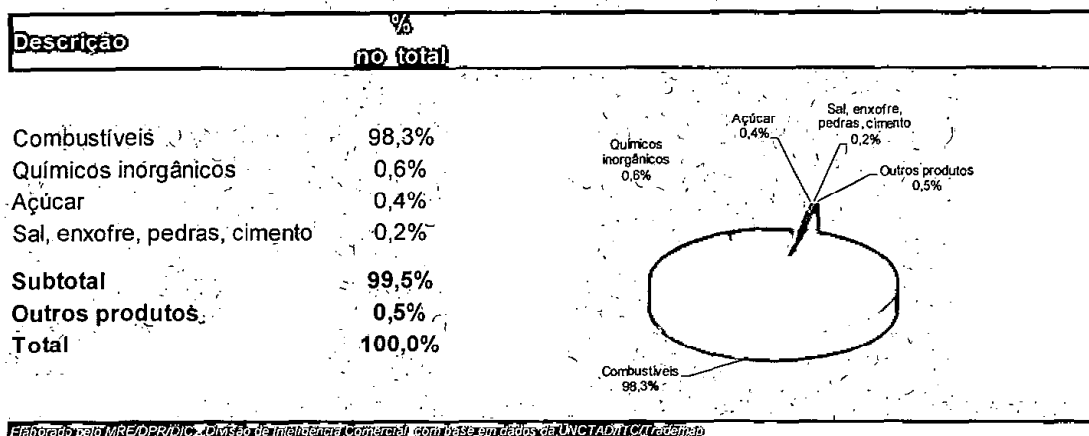
Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
França	7,1	15,1%	6,3	16,9%
China	4,7	10,0%	4,7	12,6%
Itália	4,7	9,9%	3,2	8,6%
Espanha	3,4	7,3%	3,3	9,0%
Alemanha	2,6	5,4%	1,7	4,7%
Estados Unidos	2,2	4,6%	1,2	3,1%
Argentina	1,8	3,8%	1,6	4,2%
Brasil	1,76	3,7%	0,91	2,5%
Coreia do Sul	1,6	3,4%	0,9	2,5%
Turquia	1,4	3,0%	1,4	3,8%
Subtotal	31,2	66%	25,2	68%
Outros países	16,0	34%	12,0	32%
Total	47,2	100%	37,2	100%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

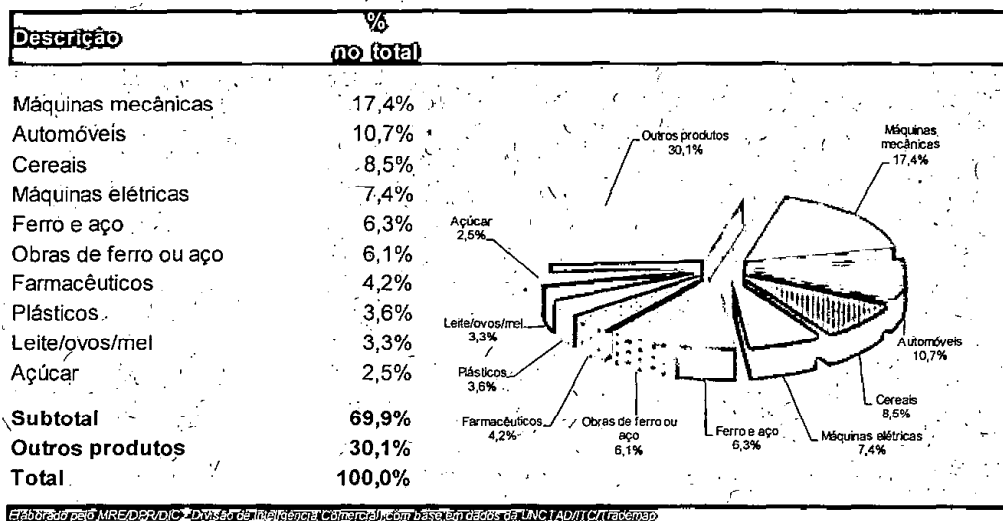
A pauta de importações argentinas apresentaram em 2011 participação majoritária da Europa e da China. França (15% do total); China (10%); Itália (10%) e Espanha (7%) são os principais fornecedores de bens a Argélia. O Brasil posicionou-se no 8º lugar, com participação de 3,7% da demanda importadora do país.

ARGÉLIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES 2011 - Em %



As exportações da Argélia são compostas basicamente por hidrocarbonetos, sobretudo, o petróleo em bruto e gás proveniente do mesmo. Em seguida com menor destaque apresentaram-se a venda de produtos químicos inorgânicos; açúcar e sal.

ARGÉLIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES 2011 - Em %



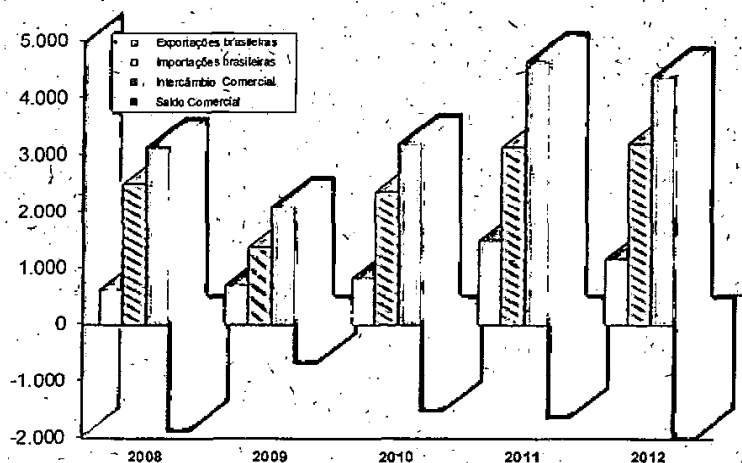
Os produtos manufaturados com alta agregação de valor predominam na pauta de importações argelina. Em seguida os produtos básicos de gêneros alimentícios são os principais produtos comprados pelo país para atender a demanda doméstica. As máquinas - mecânicas e elétricas (25% do total); automóveis (11%) e cereais (9%) são os produtos mais significativos na composição das importações.

BRASIL-ARGÉLIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	632	714	839	1.494	1.170
Varição em relação ao ano anterior	26,2%	12,9%	17,4%	78,1%	-21,7%
Importações brasileiras	2.501	1.382	2.361	3.137	3.198
Varição em relação ao ano anterior	11,8%	-44,8%	70,9%	32,8%	1,9%
Intercâmbio Comercial	3.134	2.096	3.200	4.631	4.367
Varição em relação ao ano anterior	29,1%	-33,1%	52,7%	44,7%	-5,7%
Saldo Comercial	-1.869	-668	-1.523	-1.643	-2.028

Elaborado pelo MTEC/DECEX, Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MTEC/SECEX/Argélia

No ranking do comércio exterior brasileiro, a Argélia figurou como o 25º parceiro comercial. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 39%, sendo considerável aumento de 85% nas exportações e de 28% nas importações. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US\$ 3,13 bilhões em 2008 para US\$ 4,36 bilhões em 2012. O saldo da balança comercial foi deficitário em todo período analisado, registrando déficit de US\$ 2,02 bilhões em 2012.

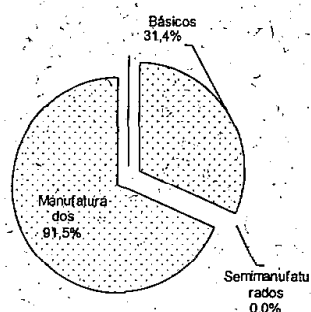
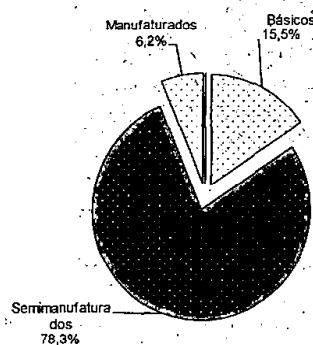


BRASIL-ARGÉLIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	181	15,5%	1.003	31,4%
Semimanufaturados	915	78,3%	0	0,0%
Manufaturados	73	6,2%	2.194	68,6%
Transações especiais	0	0,0%	—	—
Total	1.170	100,0%	3.198	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

As exportações brasileiras para Argélia são compostas em sua maior parte por produtos semimanufaturados, que representaram 78,3% das vendas em 2012, com destaque para açúcar. Em seguida estão os bens básicos, com 15,5% e os manufaturados com 6,2%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 68,6% do total em 2012, com destaque para o grupo de combustíveis, que também representou 31,4% dos itens básicos.



BRASIL-ARGÉLIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para Argélia, 2012
			Valor	% no total	
Açúcar	511	777	781	66,8%	
Gorduras/óleos	76	167	136	11,6%	
Cereais	64	399	92	7,8%	
Carnes	102	38	56	4,8%	
Máquinas mecânicas	26	49	42	3,6%	
Subtotal	780	1.430	1.106	94,6%	
Outros produtos	59	64	63	5,4%	
Total	839	1.494	1.170	100,0%	

Elaborado pelo MREDPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Alceveb

Açúcar - açúcar de cana em bruto - gorduras/óleos - óleo de soja e óleo de milho foram os principais itens brasileiros exportados para a Argélia. Juntos representaram 78,4% do total da pauta em 2012. Em seguida destacaram-se: cereais - milho em grão (exceto para semeadura), trigo (exceto para semeadura) com 7,8%; e carnes (4,8%).

BRASIL-ARGÉLIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias de Argélia, 2012
			Valor	% no total	
Combustíveis	2.323	3.118	3.175	99,3%	
Sal/pedras/cimento	37	19	22	0,7%	
Subtotal	2.361	3.137	3.198	100,0%	
Outros produtos	1	0	0	0,0%	
Total	2.361	3.137	3.198	100,0%	

Elaborado pelo MREDPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Alceveb

As importações brasileiras originárias da Argélia apresentam alto grau de concentração. Combustíveis - naftas para petroquímica, outros propanos liquefeitos e óleos brutos de petróleo - somam quase que a totalidade das compras. Em 2012, como nos últimos anos, esse grupo representou 99% das compras brasileiras.

Aviso nº 186 - C. Civil.

Em 14 de março de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDUARDO BOTELHO BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 20/03/2013.

2

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 19, de 2013 (Mensagem nº 94, de 14/03/2013, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

RELATOR: Senador **FRANCISCO DORNELLES**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do diplomata indicado, do qual se extraem as informações que se seguem.

Nascido em Belo Horizonte em 1956, filho de Geraldo Sardinha Pinto e Déa Lúcia da Silveira Pinto, o Sr. HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO iniciou sua carreira no Ministério das Relações Exteriores em 1978. Nesse ano, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco e ingressou na Chancelaria no posto de Terceiro Secretário no ano seguinte. Ascendeu a Conselheiro, em 1994; a Ministro de Segunda Classe, em 2000, e a Ministro de Primeira Classe, em 2009, sempre por merecimento.

Na Chancelaria desempenhou, entre outras, as funções de Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, em 1992; Conselheiro (Embaixada em Ottawa, 1997); Ministro-Conselheiro (Escritório Financeiro em Nova York, 2002); Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, 2006; Diretor do Departamento de Promoção Comercial, 2006; e Embaixador (Embaixada em Argel, 2009).

Quanto ao Estado de Israel, convém registrar nesse relatório, para subsidiar a sabatina pela Comissão, algumas informações básicas sobre esse país e ressaltar alguns aspectos do relacionamento bilateral.

Segundo o informe do Ministério das Relações Exteriores disponibilizado ao Senado Federal, as relações bilaterais são amigáveis e têm a marca da cordialidade. A agenda dos dois países é, nesse sentido, positiva. Constitui dado importante a existência de significativa comunidade judaica no Brasil. Essas circunstâncias justificam, de tal ou qual modo, a intensificação de visitas bilaterais de alto nível nos últimos tempos: Presidente Shimon Peres (Brasil, 2009) e o Presidente Lula (Israel, 2010). No tocante à visita oficial de 2010, merece registro tratar-se da primeira de um chefe de Estado brasileiro a Israel. Desde então, ocorreram inúmeros encontros ministeriais de parte a parte. O mais recente foi a visita do Chanceler brasileiro, Embaixador Antonio Patriota, ao Oriente Médio (Israel, Jordânia e Palestina) em outubro de 2012.

Inobstante ser majoritariamente positiva, a agenda bilateral contempla áreas em que não há total convergência de sentimentos. Assim, por exemplo: o reconhecimento do Estado Palestino e de sua capital em Jerusalém Oriental, e o Acordo Brasil-Turquia-Irã, de 2010, para troca de urânio enriquecido.

Seguem abertas, contudo, as possibilidades de adensamento no campo da cooperação técnica. No domínio da ciência e tecnologia, por exemplo, as perspectivas são inúmeras. Percebe-se boa complementariedade entre as economias, fator importante para maior aproximação.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Israel é expressivo. Os valores triplicaram na última década. Em 2012, as trocas comerciais atingiram US\$1,52 bilhão. A balança comercial é favorável a Israel. Ainda em 2012, o déficit foi de US\$ 767 milhões.

Há, pois, espaço a ser explorado pela indústria nacional, sobretudo nos setores de turismo, infraestrutura, tecnologia da informação (p.ex.

automação bancária), biotecnologia e alimentação. Nesse sentido, o Acordo de Livre Comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Israel, em vigor desde 2010, representa oportunidade a ser explorada já que desagregará a quase totalidade dos itens do comércio bilateral nos próximos anos.

Merece registro, ainda, o fato de a comunidade brasileira em solo israelense ser expressiva. Ela é estimada em cerca de 10 mil pessoas. Cuida-se de comunidade majoritariamente documentada e com ânimo de permanência.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL
MENSAGEM
Nº 19, DE 2013
(nº 94/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

Os méritos do Senhor Henrique da Silveira Sardinha Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de março de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande letra inicial 'D' e uma assinatura que parece ser 'D. Diniz'.

EM nº 00039/2013 MRE

Brasília, 19 de Fevereiro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00039 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G MRE/APES

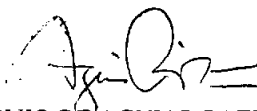
Brasília, 19 de fevereiro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO

CPF.: 251.592.166-34

ID.: 7548 MRE

1956 Filho de Geraldo Sardinha Pinto e Déa Lúcia da Silveira Pinto. nasce em 19 de abril, em Belo Horizonte/MG

Dados Acadêmicos:

1978 CPCD - IRBr
1981 Direito pela Universidade do Distrito Federal
1983 CAD - IRBr
1998 CAE - IRBr, O Escritório Financeiro em Nova York e seu Papel na Execução Orçamentária e Financeira do Itamaraty no Exterior

Cargos:

1979 Terceiro-Secretário.
1981 Segundo-Secretário
1987 Primeiro-Secretário, por merecimento
1994 Conselheiro, por merecimento
2000 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2009 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

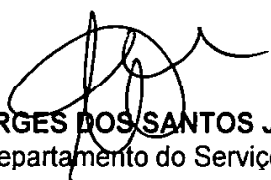
Funções:

1979 Divisão da América Central e Setentrional, assistente
1982 Embaixada em Roma, Segundo-Secretário
1983 Representação Permanente junto à FAO, Roma, Segundo-Secretário
1984 XVIII Sessão do Grupo Intergovernamental de Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, FAO, Roma, Chefe de delegação
1984 XV Sessão do Subgrupo de Estatística, FAO, Roma, Chefe de delegação
1984 Reunião de Peritos sobre Preços Indicativos de Fibras Duras, FAO, Roma, Chefe de delegação
1984 XIX Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Fibras Duras, FAO, Roma, Chefe de delegação
1984 XXII Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Grãos, FAO, Roma, Chefe de delegação
1985 XI Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Carnes, FAO, Roma, Chefe de delegação
1986 Embaixada em La Paz, Segundo e Primeiro-Secretário
1988 Embaixada em Manágua, Conselheiro comissionado
1990 Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, assessor
1991 Secretaria-Geral de Controle, Coordenador-Executivo, substituto
1991 Secretaria-Geral Executiva, Coordenador-Executivo, substituto e Chefe de Gabinete, substituto
1992 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Chefe de Gabinete
1993 Divisão de Pagamentos do Pessoal, Chefe substituto e Chefe
1994 Escritório Financeiro em Nova York, Conselheiro
1997 Embaixada em Ottawa, Conselheiro
1999 Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, Chefe
2002 Escritório Financeiro em Nova York, Ministro-Conselheiro
2006 Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, Chefe de Gabinete
2006 Departamento de Promoção Comercial, Diretor

2009 Embaixada em Argel, Embaixador

Condecorações:

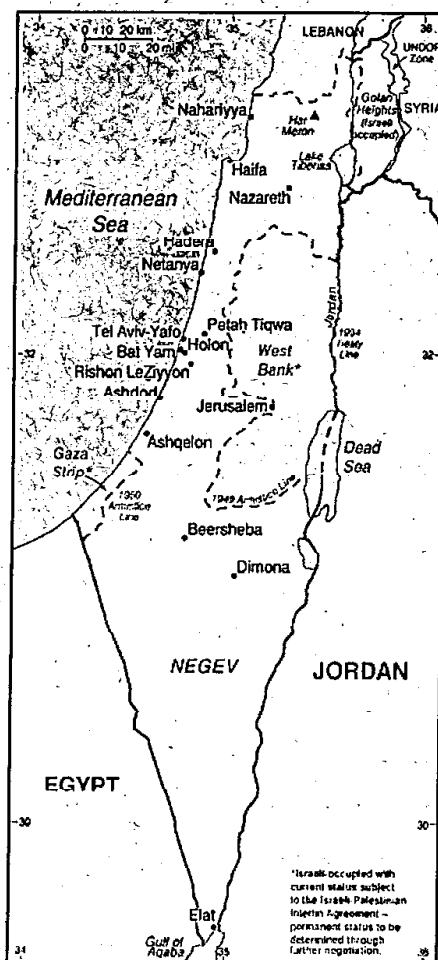
1982 Ordem da Águia Azteca, México, Insignia
1985 Ordem ao Mérito da República Italiana, Itália, Cavaleiro
1988 Ordem Nacional do Condor dos Andes, Bolívia, Oficial
1992 Medalha de Honra da Inconfidência, Minas Gerais, Brasil
1994 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
1994 Ordem do Mérito Forças Armadas, Brasil, Cavaleiro
2007 Real Ordem ao Mérito, Noruega, Grande Oficial
2008 Ordem de Orange-Nassau, Países Baixos, Comendador



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ISRAEL



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2013

1. DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estado de Israel (<i>Medinat Israel</i>)
CAPITAL	Israel considera Jerusalém sua capital. O Brasil mantém sua Embaixada em Tel Aviv, em conformidade com a Resolução 478 (1980) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.
ÁREA	20.770 km² (pouco menor do que o Estado de Sergipe), desconsiderados os territórios árabes ocupados (Cisjordânia, 5.640 km²; Faixa de Gáza, 360 km²; Jerusalém Oriental, 70 km² e Golã sírio, 1.250 km²), cuja área combinada totaliza 7.320 km².
POPULAÇÃO (2011)	7,76 milhões (equivalente à população do Estado do Pará)
IDIOMAS OFICIAIS	Hebraico e árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	76,4% judeus; 16% muçulmanos; 2,1% cristãos; 1,6% drusos e 3,9% outros
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (<i>Knesset</i>)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Shimon Peres (15/7/2007)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu (desde 31/3/2009)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (INTERINO)	Benjamin Netanyahu (desde 18/12/2012)
PIB NOMINAL (2011)	US\$ 243 bilhões (Brasil: US\$ 2,5 trilhões)
PIB PPP (2011)	US\$ 211 bilhões (Brasil: US\$ 2,3 trilhões)
PIB NOMINAL PER CAPITA (2011)	US\$ 31.282 (Brasil: US\$ 12.788)
PIB PPP PER CAPITA (2011)	US\$ 27.110 (Brasil: US\$ 11.769)
VARIAÇÃO DO PIB	3% (est. 2013); 2,4% (est. 2012); 4,8% (2011); 4,8% (2010); 0,8% (2009); 4% (2008)
IDH (2011)	0,888 – 16ª posição (Brasil: 0,718 – 84ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA (2011)	81,6 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2008)	100%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2011)	5,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Novo shekel (NIS)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Aproximadamente 10.000 (a maioria também com cidadania israelense)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

BRASIL → ISRAEL	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	715.632	731.466	746.273	1.032.388	1.619.885	922.058	1.352.177	1.402.612	1.519.607
Exportações	213.848	262.963	272.531	355.751	398.566	270.503	339.539	498.524	376.063
Importações	501.784	468.502	473.742	676.637	1.221.319	651.555	1.012.638	904.088	1.143.543
Saldo	-287.936	-205.539	-201.211	-320.886	-822.753	-381.052	-673.099	-405.564	-767.480

2. PERFIS BIOGRÁFICOS

Shimon Peres Presidente

Nasceu em Vishniev, atual Belarus, em 1923, e emigrou para Israel em 1934. Após formar-se pela Escola de Agricultura Ben Shemen, trabalhou como agricultor e pastor em *kibbutzim*. Politicamente ativo desde a idade de dezesseis anos, Shimon Peres foi eleito Secretário do Movimento Juvenil do Partido Trabalhista, em 1943. No ano seguinte, voltou a trabalhar em um *kibbutz* na Galileia.

Em 1947, integrou-se às forças de defesa da comunidade judaica (Haganá) e foi encarregado de cuidar dos recursos humanos e armamentos das tropas israelenses, atividade que cumpriu até o início do conflito de 1948. Ao final da guerra (1949), assumiu a posição de Diretor da delegação do Ministério da Defesa nos Estados Unidos. Durante esse período, estudou na New York School for Social Research e em Harvard.

Entre 1953 e 1959, atuou como Diretor Geral do Ministério da Defesa. Em 1959, foi eleito para o parlamento. Atuou como Ministro de Estado pela primeira vez em 1969, à frente do Ministério da Absorção de Imigrantes, também encarregado do desenvolvimento dos territórios ocupados. Em 1974, foi nomeado Ministro da Defesa, cargo que ocupou até 1977, quando deixou o Governo e tornou-se presidente do Partido Trabalhista.

Após as eleições de 1984, Peres propôs o estabelecimento de um Governo de União Nacional e, baseado num sistema de rodízio acordado com líder do Likud, ocupou o cargo de Primeiro-Ministro, até 1986. Com a vitória trabalhista nas eleições de 1992, Peres foi nomeado Ministro das Relações Exteriores. Participou ativamente dos Acordos de Oslo de 1993 e 1994, o que lhe permitiu ser agraciado com o Prêmio-Nobel da Paz, junto com Yitzhak Rabin e Yasser Arafat. Seu segundo mandato como Primeiro-Ministro seguiu-se ao assassinato de Yitzhak Rabin, em 1995 e durou até 1996.

Foi, ainda, Ministro da Cooperação Nacional de 1999 a 2001 e Ministro das Relações Exteriores no Governo de União Nacional liderado por Ariel Sharon de 2001 a 2002. Em 2005, Peres tornou-se Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Integração e, em 2007, assumiu a Presidência da República, para mandato de sete anos.

Benjamin Netanyahu
Primeiro-Ministro e Ministro, interino, dos Negócios Estrangeiros

Nascido em Tel Aviv, em 1949, Benjamin Netanyahu passou a adolescência nos EUA. Retornou a Israel em 1967, quando se engajou em tropa de elite das Forças de Defesa de Israel (FDI) até 1973, ano em que encerrou seu serviço com a patente de capitão. Retornou aos EUA, onde se graduou em arquitetura e obteve mestrado em Administração de Empresas pelo *Massachusetts Institute of Technology* (M.I.T.). Estudou, também, ciência política nessa mesma instituição e em Harvard.

Após breve carreira na iniciativa privada, Netanyahu foi nomeado assistente do Embaixador de Israel em Washington, em 1982. Dois anos depois, tornou-se Embaixador de Israel junto às Nações Unidas, cargo que ocupou até 1988. Membro do partido Likud ("União", em hebraico), Netanyahu foi eleito para o Parlamento israelense em 1988 e, em 1993, passou a ocupar a liderança do partido.

Em 1996, nas eleições diretas para Primeiro-Ministro, Netanyahu tornou-se o mais jovem Chefe de Governo de Israel. Comandou o país por três anos. Sua atuação como Primeiro-Ministro é lembrada pelos resultados que obteve na economia israelense, que saneou por meio de privatizações e da desregulamentação. Na esfera política, fez avanços muito limitados no processo de paz com os palestinos.

Foi derrotado por Ehud Barak, do Partido Trabalhista, nas eleições de 1999. Após afastar-se temporariamente da vida política, foi nomeado Ministro das Finanças em 2003, cargo ao qual renunciou quando o então Primeiro-Ministro Ariel Sharon decidiu promover a retirada israelense de Gaza, em 2005. Com a saída de Sharon do Likud no mesmo ano, Netanyahu reassumiu a liderança do partido.

Em fevereiro de 2009, o Likud obteve o segundo maior número de cadeiras do Parlamento (27). Netanyahu conseguiu formar a maioria parlamentar, o que lhe permitiu assumir a Chefia de Governo, em março do mesmo ano. Sua política para o conflito israelo-palestino encontra forte oposição da comunidade internacional. Seu Governo caracteriza-se pela construção de assentamentos na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, pelo impasse no processo de paz e pela afirmação de que o Irã constituiria uma "ameaça existencial" a Israel.

Desde dezembro de 2012, o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu acumula a função de Ministro das Relações Exteriores de Israel.

3. RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Israel são tradicionalmente marcadas pela cordialidade e pelos esforços para estabelecer uma agenda bilateral positiva. A atuação decisiva do diplomata brasileiro Oswaldo Aranha na sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) que aprovou o plano de partilha da Palestina, em 1947, que propiciou a criação do Estado de Israel no ano seguinte, ainda é lembrada por Israel. A presença de significativa comunidade judaica no Brasil (cerca de 107 mil pessoas, segundo o IBGE), faz do Brasil um país relevante para Israel.

Nos últimos anos, têm-se multiplicado as visitas bilaterais de alto nível. Em novembro de 2009, o Presidente Shimon Peres veio ao Brasil, após mais de quatro décadas sem que houvesse viagem presidencial de parte a parte (o Presidente Zalman Shazar havia visitado o Brasil em 1966). A viagem do Presidente Lula a Israel, em março de 2010, representou um marco na história das relações bilaterais: tratou-se da primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro àquele país. O ex-Chanceler Celso Amorim, por sua vez, visitou Israel cinco vezes entre 2005 e 2010 – a primeira delas, em maio de 2005, tendo tido lugar após hiato de dez anos sem visitas de Chanceler brasileiro ao país.

Nos últimos anos, tem-se observado intensa troca de visitas de Ministros de outras pastas a Israel. Visitaram Israel os Ministros da Educação, Fernando Haddad; do Meio Ambiente, Marina Silva; da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima; da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freira; da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger; da Defesa, Nelson Jobim; do Turismo, Luiz Eduardo Barretto; do Gabinete de Segurança Institucional, Jorge Armando Félix; e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Miguel Jorge.

Em 2011, três ministros israelenses visitaram o Brasil: a Ministra da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Israel, Orit Noked (abril), o Ministro da Indústria, Comércio e Trabalho de Israel, Deputado Shalom Simhon (maio) e o Vice-Primeiro Ministro e Ministro de Assuntos Estratégicos Moshe Ya'alon (agosto). No mesmo ano, esteve em Israel o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra (outubro). Em agosto de 2012, veio ao Brasil o Ministro da Ciência e Tecnologia de Israel, Daniel Hershkowitz, quando manteve encontros com os Ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Educação.

O Ministro da Energia e Recursos Hídricos de Israel, Uzi Landau, manifestou interesse em realizar visita oficial ao Brasil, a fim de conhecer os projetos brasileiros na área de exploração de gás e petróleo,

especialmente poços profundos, bem como no campo das fontes alternativas de energia, como biomassa e etanol. Para 2013, está previsto o início da exploração do campo de Tamar, no Mar Mediterrâneo, com reservas de 247 bilhões de metros cúbicos de gás natural.

Nos últimos anos, algumas posições do Brasil deram margem a questionamentos da parte israelense: a) o lançamento da iniciativa América do Sul-Países Árabes (ASPA), em 2005; b) o reconhecimento de Jerusalém Oriental como capital palestina, em 2010; c) Acordo Tripartite Brasil-Turquia-Irã, de 2010, que visava a trocar urânio enriquecido no Irã por combustível; d) o reconhecimento do Estado palestino, em 2010; e) o voto favorável à admissão da Palestina como membro-pleno na UNESCO, em outubro de 2011; f) e o voto favorável ao reconhecimento da Palestina como Estado observador nas Nações Unidas, em novembro de 2012. Israel, porém, tem enfatizado seu interesse de não vincular as relações bilaterais ao tratamento da questão palestina.

Posição do Brasil sobre o conflito israelo-palestino

O Brasil, desde a década de 1940, apoiou a criação de dois Estados na Palestina, então sob mandato britânico. O Brasil opõe-se à ocupação dos territórios palestinos por Israel, tendo votado a favor da Resolução 242 (1967) do Conselho de Segurança, que determina a desocupação de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental, e das inúmeras resoluções da Assembleia Geral da ONU (AGNU) sobre o tema.

Em dezembro de 2010, o Brasil reconheceu diplomaticamente a Palestina como um Estado, dentro das fronteiras de 1967. A decisão brasileira veio a ser seguida por quase todos os países sul-americanos – dos doze países da América do Sul, apenas a Colômbia não reconheceu a Palestina.

Em função do reconhecimento diplomático por parte do Governo brasileiro, a Delegação Especial palestina em Brasília passou, em janeiro de 2011, a denominar-se Embaixada da Palestina.

O Brasil defende a consolidação de um Estado palestino viável, vivendo lado a lado e em paz com Israel, que tenha como base territorial as fronteiras anteriores à Guerra de 1967 e com Jerusalém Oriental como capital. Coerente com esse princípio e com o reconhecimento do Estado palestino, o país tem-se posicionado favoravelmente à entrada da Palestina em organismos multilaterais, tanto no âmbito das Nações Unidas, quanto no de suas Agências.

Para o Brasil, as negociações diretas entre as partes são essenciais e devem ser retomadas prontamente. No momento, os assentamentos israelenses representam um dos maiores obstáculos à paz e sua construção deve cessar incondicionalmente. É necessário também abrir

espaço para que novos atores contribuam para o processo, com maior participação da comunidade internacional, de forma a equilibrar as negociações.

O Brasil tem criticado a inoperância do Quarteto Diplomático (EUA, União Europeia, Rússia e Nações Unidas) e solicitado que o grupo apresente relatórios ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), para que a comunidade internacional possa avaliar a falta de progresso obtido.

Posição do Brasil sobre o pleito palestino nas Nações Unidas

O Brasil é favorável à admissão da Palestina em organismos multilaterais, tanto no âmbito das Nações Unidas, quanto no de suas Agências. (o Brasil foi um dos 107 países a votar favoravelmente à admissão da Palestina como membro pleno na UNESCO em outubro de 2011). O Brasil apoiou, copatrocinou e fez campanha a favor da Resolução 67/19, que elevou o *status* da Palestina a Estado Observador não-membro das Nações Unidas. Tratou-se de iniciativa coerente com o reconhecimento do Estado palestino, com as resoluções das Nações Unidas e com o direito inalienável do povo palestino à autodeterminação. Para o Brasil, não procede o argumento de que o recurso palestino à AGNU representou gesto unilateral, contrário às negociações diretas. Constituiu, na verdade, expressão do multilateralismo, amparada na legitimidade e representatividade da Assembleia, que, em sua grande maioria, apoiou a Resolução. Em 29/11/2012, por meio de Nota à Imprensa, o Governo brasileiro congratulou a Palestina pela elevação de seu *status* nas Nações Unidas e reiterou o apoio à retomada imediata de negociações com Israel.

Conforme discursou a Senhora Presidenta da República na abertura do Debate Geral da 66ª AGNU, “o reconhecimento ao direito legítimo do povo palestino à soberania e à autodeterminação amplia as possibilidades de uma paz duradoura no Oriente Médio. Apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política em seu entorno regional”.

Visita do Ministro Antonio Patriota ao Oriente Médio – outubro de 2012

Em outubro de 2012, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, realizou visita a Israel, seguida de visita a Palestina e Jordânia. Em Israel, encontrou-se com o Presidente Shimon Peres, o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu, o Vice-Primeiro-Ministro Dan Meridor, o então Chanceler Avigdor Lieberman e o Ministro da Ciência e Tecnologia Daniel Hershkowitz. Manifestou às autoridades

israelenses a disposição do Brasil a ajudar na construção do diálogo com base na confiança mútua. Expressou, igualmente, a frustração do Brasil com a paralisação do processo de paz e reiterou o apoio brasileiro ao pleito da Palestina pela obtenção de *status* de Estado Observador não-membro das Nações Unidas. Ressaltou que a criação de um Estado palestino viável constitui a única solução viável para o conflito israelo-palestino e não põe em risco a segurança do Estado israelense, pelo contrário, assentaria as bases para a paz e a cooperação duradoura na região. Manteve ainda encontros com lideranças da sociedade civil, como Yossi Beilin, ex-parlamentar reconhecido por sua contribuição para os Acordos de Oslo e para a Iniciativa de Genebra. Sobre a questão nuclear iraniana, manifestou a preocupação brasileira com a possibilidade de ação militar israelense, a importância concedida ao Brasil ao mecanismo P5+1 (China, EUA, França, Reino Unido Rússia e Alemanha) especialmente criado para negociações referentes ao programa nuclear iraniano. Com o Ministro da Ciência e Tecnologia, tratou de cooperação bilateral e trilateral (em favor de países de menor desenvolvimento relativo) em setores como indústria farmacêutica e espacial, medicina, educação e agroindústria.

Cooperação Técnica

Brasil e Israel assinaram o Acordo Básico de Cooperação Técnica em 1962. Atualmente não há projetos bilaterais em execução. O Brasil pode beneficiar-se do alto grau de desenvolvimento tecnológico israelense em áreas como saúde, agropecuária, ciência e educação, já respaldadas por acordos bilaterais. Israel, por sua vez, pode beneficiar-se de cooperação em áreas em que o Brasil detém renomada expertise, como agricultura e biocombustíveis, por exemplo. No que concerne à cooperação trilateral, está em vigor o Memorando de Entendimento para a Promoção de Ações Conjuntas em Benefício de Terceiros Países, assinado em novembro de 2009.

Cooperação em ciência e tecnologia

Israel tem interesse em desenvolver cooperação em ciência e tecnologia, o que já se traduz em investimentos em indústrias de alta tecnologia, a exemplo da parceria entre a empresa israelense Elbit Systems e sua subsidiária brasileira Aeroeletrônica AEL. Há também interesse israelense em investimentos em pesquisas no setor de biocombustíveis, manifestado pela empresa EVOGENE, que busca potenciais parceiros para estabelecer projeto de desenvolvimento da cultura da mamona como fonte de produção de biodiesel. Universidades israelenses têm demonstrado grande interesse em cooperar com o Brasil por meio do programa Ciência sem Fronteiras. Durante a visita do Senhor Ministro de Estado a Israel em

outubro de 2012, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Daniel Hershkowitz, reiterou a disposição israelense para cooperação científica com o Brasil, e informou que Israel já tem projetos dessa natureza com a Alemanha em terceiros países.

Em 27 de fevereiro de 2007, foi assinado Memorando de Entendimento entre os Governos do Brasil e de Israel sobre Cooperação Bilateral em Pesquisa e Desenvolvimento Industrial no Setor Privado, cuja implementação é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Ministério da Indústria, Comércio e Trabalho de Israel (MOITAL). Em 25 de maio de 2010, foi lançado edital para a seleção de propostas de projetos conjuntos entre empresas dos dois países. Em 5 de novembro de 2012, em reunião na sede do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foi lançado o Segundo Edital de Chamada para apresentação de propostas de cooperação tecnológica entre os dois países. O novo edital prevê que as propostas de programas e projetos de cooperação bilateral estejam compreendidas nas áreas de tecnologias da informação e das comunicações (TICs), saúde e defesa. Esses projetos deverão ser financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), pelo lado brasileiro, e pela MATIMOP, agência israelense de fomento à inovação, vinculada ao MOITAL. As instituições serão convidadas a elaborar propostas de cooperação em pesquisa e desenvolvimento (P&D) que resultem no desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços de aplicação industrial. As empresas interessadas em participar contarão com assistência permanente no processo de busca de parceiros. Uma agenda de encontros, missões e conferências setoriais deverá ser promovida com vistas a estimular empresários brasileiros e israelenses a encontrarem seus potenciais parceiros. O prazo final para o envio da proposta no Formulário de Cooperação será até 22 de abril de 2013.

Cooperação educacional

Em 6 de agosto de 2008, Brasil e Israel assinaram o Acordo-Quadro de Cooperação no Campo Educacional, em vigor desde janeiro de 2012. Há proposta de Memorando de Entendimento entre o “*Council for Higher Education*” e a CAPES, para o incremento do Programa Ciência sem Fronteiras em Israel, principalmente ao nível de Pós-Graduação.

Comércio bilateral

O intercâmbio comercial entre Brasil e Israel cresceu significativamente ao longo da última década. Nesse período, o volume de comércio mais do que triplicou: de US\$ 400 milhões em 2000 para o

recorde de US\$ 1,619 bilhão em 2008. Após retração sofrida em 2009 (US\$ 922 milhões), em função da crise financeira mundial, o fluxo de comércio voltou a crescer, atingindo quase US\$ 1,52 bilhão em 2012.

Há, ainda, significativo potencial a ser explorado nas relações comerciais entre os dois países, levando-se em conta as exportações do Brasil para outros países da região e o poder de compra do mercado israelense. Israel é o único país do Oriente Médio, além da Arábia Saudita, com o qual o Brasil tem uma balança de comércio deficitária – em 2012, o déficit foi de US\$ 767 milhões, um crescimento de cerca de 90% em relação ao déficit de 2011. Mesmo se comparado a outros países emergentes, o Brasil encontra-se em desvantagem no comércio bilateral: Israel tem déficit considerável no comércio com China e Turquia, que em 2010 exportaram ao país US\$ 4,7 bilhões (déficit de quase US\$ 3 bilhões) e US\$ 1,8 bilhão (déficit de US\$ 500 milhões), respectivamente.

O mercado israelense tem sido pouco explorado pelos exportadores brasileiros e há espaço para desenvolvimento de novas estratégias de promoção do produto brasileiro. Diversas empresas brasileiras deixam de exportar para Israel para dar preferência ao mercado dos países árabes. Entre os setores que podem ser explorados, em função do interesse brasileiro e da capacidade israelense, estão os de turismo, infraestrutura, tecnologia da informação e biotecnologia.

Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Israel

O Acordo de Livre Comércio (ALC) Mercosul-Israel, primeiro do bloco com um país não-membro da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), foi assinado em Montevideu, em 18/12/2007, e entrou em vigor, em caráter bilateral para Brasil e Israel, no dia 3/4/2010. Desde 9/9/2011, início de sua vigência entre Argentina e Israel, o acordo encontra-se em vigor para todas as Partes Signatárias. Na avaliação das câmaras de comércio bilaterais, o acordo, que desgravará a quase totalidade dos itens do comércio bilateral nos próximos anos, ainda precisa de maior divulgação no Brasil.

Investimentos Bilaterais

O fluxo de investimentos entre Brasil e Israel é crescente. Os investimentos estão concentrados nos setores de alta tecnologia, telecomunicações, defesa e fármacos. Destacam-se as seguintes empresas israelenses presentes no Brasil: no setor de telecomunicações, a GVT, a ECI Telécom e a MILENIA (que pertence à israelense MACHTESHIM HAGAN); no setor de defesa, a ELBIT por meio de sua subsidiária gaúcha, a AEROELETRÔNICA (AEL); no setor farmacêutico, a gigante dos genéricos TEVA; e no setor agrícola, destaca-se a presença da NETAFIM

BRASIL, empresa israelense de tecnologia de irrigação com fábrica no Brasil.

No primeiro semestre de 2012, foi realizado o Seminário “*Brazil, news, tips and real experiences in a promising business environment*”, promovido pela Câmara Israel-Brasil de Comércio e Indústria com o apoio da Federação das Câmaras de Comércio de Israel. O evento propiciou aos mais de 100 empresários israelenses presentes a oportunidade de conhecer alguns dos aspectos mais importantes a serem considerados em sua entrada no mercado brasileiro, desde questões de ordem trabalhista e tributária, até características da cultura de negócios no Brasil.

Quanto à presença de empresas brasileiras em Israel, destacam-se a CONSIST SOFTWARE, empresa de tecnologia da informação que atua no setor corporativo e público com sistemas de *software* e consultoria, e a H. STERN, empresa brasileira do ramo de joias, que atua no mercado israelense, especialmente no comércio de diamantes. As principais oportunidades para empresas brasileiras em Israel estariam concentradas na área de serviços, principalmente em obras de infra-estrutura, para as quais o Governo israelense tem aberto grandes licitações internacionais. A área de automação bancária, na qual o Brasil dispõe de elevado *know-how*, e Israel ainda apresenta consideráveis deficiências, também possui bom potencial.

De acordo com o Banco Central, os investimentos diretos israelenses no Brasil entre 2001 e 2009 somaram cerca de US\$ 71 milhões. Apenas em 2010 e 2011, os investimentos israelenses somaram, respectivamente, US\$ 63 milhões e US\$ 69 milhões. Em 2012, no período de janeiro a agosto, foram investidos US\$ 32 milhões. Por sua vez, os investimentos brasileiros em Israel, entre 2007 e 2011, somaram cerca de US\$ 5 milhões.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de créditos oficiais brasileiros para tomador, soberano ou não, de Israel

Assuntos Consulares

Estima-se a comunidade brasileira em Israel em cerca de 10 mil pessoas. O número de brasileiros indocumentados no país é muito reduzido, e a comunidade, em sua grande parte, é marcada pelo ânimo de instalar-se definitivamente no país. É visível um crescente interesse na aquisição de nacionalidade brasileira por descendentes de imigrantes, em parte para a obtenção de passaporte que, ao contrário do israelense, não sofre restrições em muitos Estados.

4. POLÍTICA INTERNA

O Estado de Israel é uma república parlamentarista unicameral. A “*Knesset*” (Assembleia) é composta por 120 deputados, com mandato de quatro anos, eleitos em uma única circunscrição eleitoral, em sistema de lista fechada. O Presidente, cuja função é eminentemente protocolar, é eleito pelos membros da Knesset para mandato de sete anos. O Primeiro-Ministro, que desempenha a função de Chefe de Governo, é indicado pelo partido majoritário nas eleições legislativas ou pela coalizão que agrupa o maior número de assentos no Parlamento.

A política israelense caracterizou-se, nas três primeiras décadas de existência do país, pela hegemonia da principal agremiação de esquerda, inicialmente o Mapai, do qual surgiria o atual Partido Trabalhista (Avodá). Nas décadas seguintes, o poder alternou-se entre os trabalhistas e o Likud, partido formado na década de 1970 pelas principais forças da direita israelense.

A partir de 2005, o surgimento de novos partidos alterou o tradicional jogo bipartidário da política israelense, caracterizado pela polarização entre o Likud e o Avodá. Merecem destaque o Kadima, agremiação de centro-direita fundada em 2005 pelo então Primeiro-Ministro Ariel Sharon, em busca de sustentação política para a retirada israelense de Gaza, e o Yisrael Beitenu, nacionalista, apoiado principalmente por imigrantes das antigas repúblicas soviéticas, fundado pelo ex-Chanceler Avigdor Lieberman, que obteve a terceira maior bancada na eleição de 2009, atrás do Kadima e do Likud. A cada campanha eleitoral surgem novos partidos, normalmente de vida curta e êxito eleitoral limitado.

Nas eleições gerais de fevereiro de 2009, Kadima (28), Likud (27), Yisrael Beitenu (15) e Partido Trabalhista (13), nessa ordem, foram os partidos mais votados. O Kadima, embora houvesse sido o partido mais votado (28 assentos), não conseguiu forjar maioria na Knesset que lhe permitisse governar o país e passou a liderar a oposição.

Eleições gerais de janeiro de 2013

As eleições gerais de 22 de janeiro de 2013 resultaram na seguinte composição de forças na Knesset, em ordem decrescente de cadeiras (de um total de 120):

1. Likud-Beiteinu, 31 (direita);
2. Yesh Atid, 19; (centro)
3. Avodá, 15 (esquerda/trabalhista);
4. Habait Hayehudi, 11 (direita);

5. Shas, 11;
6. Torá-Judaísmo Unido, 7;
7. Meretz, 6 (esquerda);
8. Hatnuah, 6;
9. Lista Árabe Unida, 5;
10. Hadash (Partido Comunista), 4 (inclui árabes e judeus);
11. Balad, 3 (partido árabe);
12. Kadima, 2.

Os números finais definiram pequena vantagem numérica de 61 assentos para a direita e partidos religiosos, contra 59 para a centro-esquerda e partidos árabes. O Likud-Beitenu forma a maior bancada, mas perdeu 11 em relação às 42 de que dispunham, somados Likud e Yisrael Beitenu em 2009 (em outubro de 2012, o Likud e o Yisrael Beitenu fundiram-se em um único partido com o objetivo de ampliar seu número de cadeiras).

A grande surpresa foi o Yesh Atid ("Há Futuro"), liderado pelo jornalista Yair Lapid, cuja campanha se centrou em temas sociais e econômicos. Em 2 de fevereiro, o Presidente Shimon Peres incumbiu o PM de formar Governo, tarefa para a qual dispõe de 28 dias. Especula-se que o PM Netanyahu convidará o Yesh Atid e o Habait Hayehudi para integrarem a coalizão, que talvez inclua também Hatnuah e Kadima.

Os resultados sugerem um futuro governo mais para o centro. A conformação do novo governo poderá influenciar na postura negociadora de Israel no processo de paz com a Palestina.

Principais temas da política israelense

Atualmente, os pontos mais controversos da política interna israelense são a crise econômica e os privilégios de que desfrutam os grupos ortodoxos. O ano de 2011 foi marcado por protestos sociais, sobretudo de jovens de classe média das grandes cidades, contra o aumento do custo de vida. O Governo tomou medidas de criação de empregos e promoção da concorrência, que não satisfizeram, contudo, os líderes dos protestos. Em 2012, o movimento não continuou com a mesma intensidade mas resultou em apoio ao Yesh Atid.

A controvérsia a respeito do papel da religião no Estado tem constituído outro foco de tensão no país. A atuação religiosa nos diversos aspectos do quotidiano desagrade à parcela secular da população, que também discorda dos privilégios concedidos aos ortodoxos, dentre os quais subvenções financeiras e inexigibilidade de serviço militar. Ademais, partidos ortodoxos controlam há décadas setores da burocracia como o Ministério da Educação, o Rabinato e o licenciamento de produtos

alimentícios. Recentemente, reemergiu a controvérsia sobre a isenção de que desfrutam os jovens ortodoxos de servirem às Forças Armadas. A Suprema Corte julgou inconstitucional a Lei "Tal", que impunha prestação alternativa aos ortodoxos, mas a Knesset foi incapaz de decidir sobre nova legislação. Em 31/7, expirou a validade da lei sem que houvesse decisão sobre o tema e sem que o Governo tenha conseguido propor um projeto de lei alternativo. Enquanto não houver consenso sobre a questão, o Ministério da Defesa decidirá sobre o alistamento de ortodoxos.

5. POLÍTICA EXTERNA

Cenário atual do processo de paz israelo-palestino

As negociações de paz entre Israel e Palestina encontram-se paralisadas desde o fracasso do relançamento do diálogo direto entre as partes, em agosto/setembro de 2010, encorajado pelos EUA. Desde então, não têm sido positivas as perspectivas quanto aos rumos do processo de paz. Desde outubro de 2010, Israel não tem restringido a construção de assentamentos e tem legalizado postos avançados. Foram sem êxito os contatos diretos promovidos pela Jordânia entre janeiro e abril de 2012, visto que Israel não apresentou contrapropostas às sugestões palestinas.

Em abril de 2012, o Presidente Abbas tentou romper o impasse ao enviar carta ao Primeiro-Ministro Netanyahu, pela qual propunha a retomada do processo de paz e algumas medidas de construção da confiança entre as partes. A principal delas seria a suspensão das demolições de casas palestinas e da construção de assentamentos na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental. Em resposta, o PM israelense enviou comunicação ao Presidente Abbas, em 17 de abril. A carta conteria, pela primeira vez em um documento oficial israelense, o compromisso de estabelecer um Estado palestino desmilitarizado, dentro do princípio do *two-state solution*. Segundo a parte palestina, a carta deixou a desejar por não fazer qualquer referência a três pontos fundamentais: o congelamento das construções em assentamentos; o reconhecimento das fronteiras de 1967 como base negociadora; e a libertação de prisioneiros pré-Oslo.

Israel e Palestina assinaram, em agosto de 2012, acordos financeiros e tributários, que Israel considera como avanço nas relações. Os palestinos reconhecem a importância dos acordos, mas argumentam que não contribuem para a solução definitiva do conflito.

Em seu discurso no Debate Geral da 67ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2012, o Presidente Abbas retomou as denúncias sobre a política de ocupação israelense, atribuiu a Israel a responsabilidade pela paralisação no processo de paz, referiu-se à violência dos colonos israelenses, à expansão dos assentamentos, à política de “judaização” de Jerusalém, aos presos palestinos em Israel e ao sistema de “apartheid” e à “limpeza étnica” promovida por Israel nos territórios ocupados. Recordou as conversações preliminares promovidas pela Jordânia em 2012, sem êxito, e afirmou que as ações do Governo israelense levam à conclusão de que Israel busca esvaziar os Acordos de Oslo de seu significado e rejeita a solução de dois Estados. Netanyahu quase nada falou sobre o processo de paz em seu discurso durante o Debate Geral da 67ª AGNU, mas classificou como difamatório o discurso de Abbas e repetiu que é preciso “sentar

juntos, negociar e atingir um compromisso mútuo, no qual um Estado palestino desmilitarizado reconheça o primeiro e único Estado judeu”.

Hostilidades em Gaza

Em 10/11/2012, iniciou-se uma nova escalada entre Israel e os grupos palestinos em Gaza, sobretudo o HAMAS, mas também a Jihad Islâmica. Em 14/11, Israel, dando início à “Operação Coluna de Nuvem”, vitimou Ahmad al-Jaabari, que exercia funções de Chefe do Estado-Maior do HAMAS. A morte de al-Jaabari escalou a situação, com promessas do HAMAS e de outros grupos de intensificarem os bombardeios e iniciarem onda de atentados terroristas. Em 16/11, o Gabinete israelense autorizou a convocação de até 75.000 reservistas, sinalizando que estaria se preparando para ofensiva terrestre à Faixa, a primeira desde a invasão de dezembro de 2008/janeiro de 2009. Em 21/11, após decisiva mediação egípcia com apoio dos EUA, Israel e Hamas concordaram em estabelecer cessar-fogo. De acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, até as 13h00 de 20 novembro, 105 palestinos haviam morrido, dos quais 70 civis, 23 mulheres e 12 crianças. Seis israelenses morreram (4 civis e dois militares).

“Primavera Árabe” da perspectiva israelense

O Governo israelense vê com apreensão os desdobramentos da “Primavera Árabe”, em face da incerteza do cenário atual. Em pronunciamento na Knesset, o Primeiro-Ministro Netanyahu frisou que, apesar das esperanças, o movimento estaria evoluindo para a consolidação de “novos Governos islamistas, com discurso antissemita e antissionista”. Como resultado, “o Oriente Médio estaria mais instável e propenso a sofrer influência de regimes como o de Teerã”.

Crise síria

A evolução da crise na Síria e o enfraquecimento do regime de Bashar Assad tem forçado Israel a uma reavaliação de sua estratégia regional. Há, em Tel Aviv, percepção de que os efeitos da crise síria estão chegando cada vez mais perto de Israel. O regime de Assad sempre foi sinônimo de fronteira estável na complexa equação do Oriente Médio, que começa a mudar.

O Governo israelense, as Forças de Defesa de Israel (FDI) e os órgãos de segurança, estão crescentemente preocupados com a possibilidade de que arsenais químicos em poder do regime de Damasco possam parar nas mãos de grupos hostis a Israel. Outro temor é o de que ondas de refugiados venham a ameaçar uma fronteira até então estável, e que o Golã sírio possa transformar-se em uma região sem controle.

Irã

As autoridades israelenses vêm tentando, ao longo dos últimos anos, fazer da “ameaça iraniana” o principal assunto de seus encontros com lideranças da comunidade internacional. Figuram entre as principais preocupações israelenses: a) a retórica iraniana (ameaças de “riscar a entidade sionista do mapa” e negação do Holocausto); b) as dúvidas a respeito do caráter militar do programa nuclear iraniano; c) a relação Irã-Síria e d) o alegado apoio bélico e financeiro do Irã ao Hamas e ao Hezbollah. Em agosto de 2012, o Governo de Israel voltou a fazer declarações incisivas sobre o Irã, sinalizando a possibilidade de um ataque para retardar o programa nuclear iraniano.

6. ECÔNOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia israelense funda-se, hoje, no setor de serviços e nas indústrias de alta tecnologia. Na origem do país, o setor primário era predominante, caracterizado por propriedades comunais ou com graus variados de coletivização (*kibbutzim* e *moshavim*), dedicadas à agricultura e às pequenas criações. A partir da década de 1970, na esteira de grandes investimentos em educação e pesquisa, o país desenvolveu avançadas indústrias militar, de engenharia, de biotecnologia e de *softwares*. Atualmente Israel é o segundo colocado em empresas listadas na Nasdaq, razão pela qual ficou conhecido como *start-up country*.

Na década de 1990, Israel adotou plano de controle da inflação, corte de gastos públicos, com privatizações nas áreas de energia, telecomunicações, correios, bancos, indústria bélica e transportes e liberalização do comércio exterior (o país tem hoje acordos de livre comércio com Estados Unidos, União Europeia, Turquia e Canadá, além do MERCOSUL). As reformas econômicas transformaram o país em polo atrativo de investimentos internacionais. Multinacionais como a General Electric, a Cisco e a Motorola instalaram centros de pesquisa em Israel e constituíram o chamado “Vale do Silício israelense”, conglomerado de companhias de alta tecnologia localizado nas cercanias de Tel Aviv, que reúne mais de 4500 empresas.

Com PIB Nominal estimado em US\$ 243 bilhões, Israel posicionou-se como a 41ª economia mundial em 2011, a despeito do seu pequeno território, menor do que o estado de Sergipe. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 82% do PIB, seguido do industrial com 16% e agrícola com 2%. A renda *per capita* no país é de US\$ 31 mil e o índice de desemprego, em 2011, foi de 5,6%.

Em 2011, o intercâmbio comercial de Israel atingiu US\$ 141 bilhões (expansão de 20% em relação a 2010). As exportações de Israel somaram US\$ 67 bilhões (aumento de 16% em relação a 2010); as importações cresceram 25% em relação a 2010 e atingiram US\$ 74 bilhões. Os cinco principais destinos das exportações israelenses foram: EUA (29% do valor das exportações israelenses), Hong Kong, Bélgica, Reino Unido e Índia. O Brasil foi o 16º maior importador de Israel. A pauta de exportações israelense é concentrada em bens com alto valor agregado. Os diamantes são, em valor, os principais produtos exportados e representaram 31% do total em 2011. Máquinas elétricas (aparelhos telefônicos, circuitos integrados eletrônicos, circuitos impressos etc.) representaram 12% do total vendido pelo país. Mostraram também destaque os farmacêuticos (11%); diversos das indústrias químicas (6%); e equipamentos médicos (6%).

Os principais fornecedores de Israel foram EUA, China, Alemanha, Bélgica e Suíça. Os cinco principais produtos importados foram máquinas mecânicas e elétricas, combustíveis, ouro e pedras preciosas, automóveis e plásticos. Na pauta de importações israelenses os combustíveis (óleos brutos de petróleo, óleos de petróleo, hulhas etc.) e as pedras preciosas (diamantes) são os principais grupos de produtos importados. Em 2011, juntos, representaram 1/3 das compras do país. As máquinas também se destacaram, sendo 11% as mecânicas e 10% as elétricas. Automóveis foram responsáveis por 7% do total.

No setor energético, as recentes descobertas de gás natural sob o Mar Mediterrâneo têm reduzido a dependência israelense em relação às importações de energia do país (o país produz menos de 2% do petróleo consumido internamente). O início das operações no campo de Tamar, com reservas de 247 bilhões de metros cúbicos de gás natural, pode tornar o país autossuficiente. Descoberto em 2009, o campo está localizado em águas profundas, a 80 km da cidade de Haifa. O gás natural equivalia a 20% da oferta primária de energia em Israel em 2010, enquanto as energias renováveis respondiam por cerca de 4,9% do total.

A possibilidade de que a Bacia do Levante possua importante depósito de gás natural tem chamado a atenção dos países da região, em especial do Líbano, de Chipre e de Israel. Existe tensão na área em vista da ausência de fronteira marítima demarcada.

O mercado de energias renováveis em Israel ganhou impulso em 2002, quando o Governo estabeleceu a meta de atingir, em 2016, a parcela de 5% da produção de eletricidade a partir de recursos energéticos renováveis. Em 2009, o Governo revisou as metas e estabeleceu o objetivo de produzir 10% da eletricidade a partir de energias renováveis até 2020.

Em maio de 2010, Israel foi aceito na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual fazia parte como observador desde 1994. Além de importante conquista política, o acesso israelense à organização realça os avanços obtidos na economia do país e representa fator adicional de atração de investimentos. Apesar disso, o país ingressa na OCDE como o membro que apresenta maiores diferenças sociais.

Israel sofreu impacto limitado da crise financeira e econômica iniciada em 2008. Apesar dos protestos sociais de 2011 (causados, em parte, pela carestia de alimentos e habitação), o Governo seguiu afirmando serem sólidas as bases do desenvolvimento israelense. Em 2012, o crescimento do PIB (estimado em 2,4%) foi inferior aos esperados 3%, e a inflação (estimada em 3,4%), acima da meta de 2,5%. O Primeiro-Ministro Netanyahu tem preferência por política econômica ortodoxa. Restrições políticas, regulatórias e fiscais, bem como a pressão pública, no entanto,

obrigaram o Governo a aumentar gastos sociais. Diante de rápida expansão no déficit orçamentário, o Governo foi forçado a anunciar aumentos de impostos em julho de 2012 – o imposto sobre o valor agregado aumentou de 16% para 17%.

7. ANEXOS

Anexo I – Cronologia histórica

- 1947 – Resolução 181 (II) da Assembleia Geral das Nações Unidas pela partilha da Palestina sob mandato britânico (29 de novembro);
- 1948 – Declaração de Independência (14 de maio);
- 1949 – Armistício com os países árabes (abril); Israel é admitido nas Nações Unidas;
- 1956 – Campanha do Sinai;
- 1967 – Guerra dos Seis Dias (ocupação do Sinai, de Gaza, da Cisjordânia, do Golan e de Jerusalém Oriental);
- 1970 – Guerra de atrito com a Jordânia;
- 1973 – Guerra do Yom Kippur;
- 1977 – Primeiro governo do Likud, após trinta anos de hegemonia trabalhista;
- 1979 – Acordo de paz com o Egito;
- 1982 – Primeira Guerra do Líbano;
- 1987 – Primeira Intifada;
- 1991 – Conferência de Madri;
- 1993 – Acordos de Oslo I;
- 1994 – Acordo de paz com a Jordânia;
- 1995 – Acordos de Oslo II; Assassinato do Primeiro-Ministro Yitzhak Rabin;
- 2000 – Retirada de tropas do sul do Líbano; Início da Segunda Intifada;
- 2002 – Início da construção do muro de separação;
- 2005 – Retirada de Israel de Gaza (setembro);
- 2006 – Segunda Guerra do Líbano;
- 2007 – Conferência de Annapolis (novembro);
- 2008 – Guerra em Gaza (dezembro a janeiro de 2009);
- 2009 – Benjamin Netanyahu toma posse como Primeiro-Ministro (31 de março).

Anexo II – Cronologia das Relações Bilaterais

- 1947 – Oswaldo Aranha preside a segunda Sessão Ordinária da AGNU, que aprovou a Resolução 181 (II) sobre a partilha da Palestina. Brasil votou favoravelmente (29 de novembro);
- 1948 – Declaração de Independência do Estado de Israel;
- 1949 – Admissão de Israel nas Nações Unidas; estabelecimento das relações bilaterais;
- 1950 – Vice-Presidente Café Filho visita Israel;
- 1952 – Criação da Legação do Brasil em Tel Aviv;
- 1956 – Crise de Suez; Brasil participa da Força de Emergência das Nações Unidas com um batalhão (até 1967);
- 1958 – Elevação da Legação à categoria de Embaixada; abertura da Embaixada de Israel no Brasil;
- 1959 – Visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros, Golda Meir, ao Brasil;
- 1962 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Santiago Dantas, a Israel;
- 1966 – Visita do Presidente de Israel Zalman Shazar;
- 1970 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mário Gibson Barbosa, a Israel;
- 1973 – Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Abba Eban, ao Brasil;
- 1987 – Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Shimon Peres, ao Brasil;
- 1995 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Emb. Luis Felipe Lampreia, a Israel;
- 2005 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Emb. Celso Amorim, a Israel (maio);
- 2005 – I Reunião do Mecanismo de Consultas políticas, em Brasília, (dezembro);
- 2006 – II Reunião do Mecanismo de Consultas políticas, em Jerusalém, (novembro);
- 2007 – III Reunião do Mecanismo de Consultas políticas, em Brasília, (dezembro);
- 2008 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Emb. Celso Amorim, a Israel (fevereiro);
- IV Reunião do Mecanismo de Consultas políticas, em Jerusalém, (dezembro);

- 2009 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a Israel (janeiro) e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Avigdor Lieberman, ao Brasil (julho);
Visita do Presidente Shimon Peres ao Brasil (novembro);
- 2010 – Visita do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, a Israel (janeiro);
- 2010 – Visita do Presidente Lula a Israel (março);
- 2010 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a Israel (julho);
- 2010 – Visita do Ministro do Turismo do Brasil, Luís Eduardo Barretto, a Israel (setembro);
- 2010 – Visita do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Jorge Armando Félix, a Israel (novembro);
- 2011 – Visita da Ministra da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Israel, Deputada Orli Noked (abril);
- 2011 – Visita do Ministro da Indústria, Comércio e Trabalho de Israel, Deputado Shalom Simhon (maio);
- 2011 – Visita do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro de Assuntos Estratégicos Moshe Ya'alon (agosto);
Visita do Ministro da Integração Nacional do Brasil, Fernando Dezena, a Israel (outubro);
- 2012 – Visita do Ministro da Ciência e Tecnologia de Israel, Daniel Hershkowitz (agosto).

Anexo III – Atos Bilaterais

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR
Convênio de Intercâmbio Cultural	24/6/1959	6/4/1964
Acordo Básico de Cooperação Técnica	12/3/1962	10/8/1964
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais	6/3/1964	6/6/1964
Convênio sobre a Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos, Primeiro Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 12 de março de 1962	11/5/1966	11/5/1966
Acordo sobre Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Nacionais Válidos	1/9/1999	30/6/2000
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação ao Imposto sobre a Renda	12/12/2002	21/9/2005
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	12/12/2002	9/6/2006
Acordo de Assistência Mútua Administrativa para a Correta Aplicação da Legislação Aduaneira e a Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras	19/6/2006	11/12/2009
Acordo sobre Cooperação nos Campos da Saúde e de Medicamentos	19/6/2006	5/6/2009
Acordo sobre Cooperação no Campo da Agropecuária	4/12/2007	27/1/2010
Acordo Quadro de Cooperação no Campo Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel	6/8/2008	11/1/2012
Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel	22/7/2009	14/6/2011
Acordo de Coprodução Cinematográfica	11/11/2009	Não está em vigor; em tramitação na Casa Civil
Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel	11/11/2009	Tratado aprovado pelo Senado Federal em 2012; aguarda-se aprovação pelo Legislativo israelense

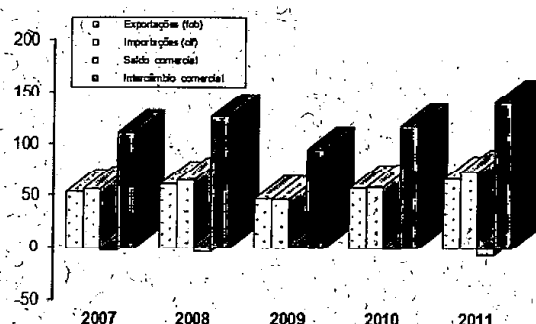
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel na Área de Turismo	11/11/2009	7/7/2011
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Proteção de Informação Classificada e Materiais	24/11/2010	Não está em vigor; em tramitação na Casa Civil

Anexo IV – Dados Econômico-Comerciais

ISRAEL: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-ago)	2012 (jan-ago)
Exportações (fob)	54,1	61,4	47,7	58,4	67,3	46,2	42,9
Importações (cif)	56,6	65,2	47,4	59,2	73,5	49,9	50,7
Saldo comercial	-2,5	-3,8	0,3	-0,8	-6,3	-3,7	-7,9
Intercâmbio comercial	110,6	126,5	95,1	117,6	140,8	96,1	93,6

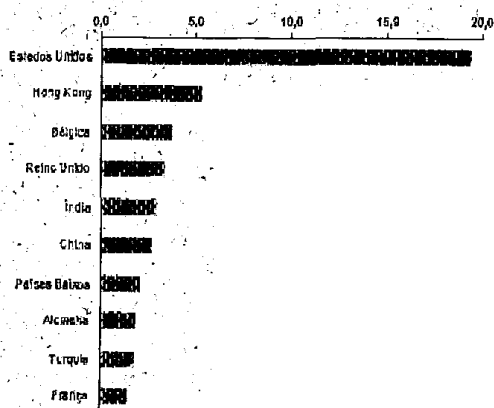
Elaborado pelo MPE/DPD/CIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2013



ISRAEL: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-ago)	% no total
Estados Unidos	19,4	28,8%	12,2	28,4%
Hong Kong	5,3	7,9%	3,3	7,7%
Bélgica	3,8	5,6%	2,0	4,6%
Reino Unido	3,4	5,0%	2,1	4,8%
Índia	3,0	4,5%	1,7	3,9%
China	2,7	4,0%	2,0	4,8%
Países Baixos	2,1	3,2%	1,5	3,6%
Alemanha	1,9	2,9%	1,1	2,6%
Turquia	1,9	2,8%	1,0	2,3%
França	1,5	2,3%	1,0	2,3%
...				
Brasil	0,9	1,3%	0,6	1,4%
Subtotal	45,9	68,2%	28,5	66,5%
Outros países	21,4	31,8%	14,4	33,5%
Total	67,3	100,0%	42,9	100,0%

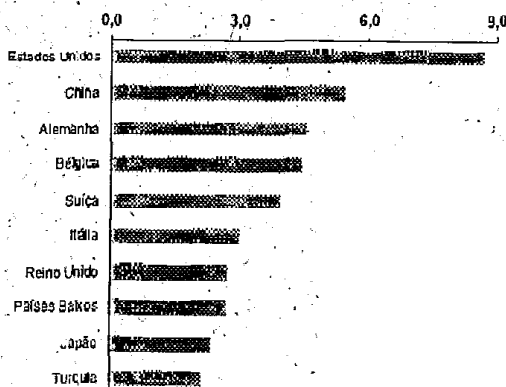


Elaborado pelo INCEDE/INDEC - Unidade de Inteligência Comercial com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2013

ISRAEL: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

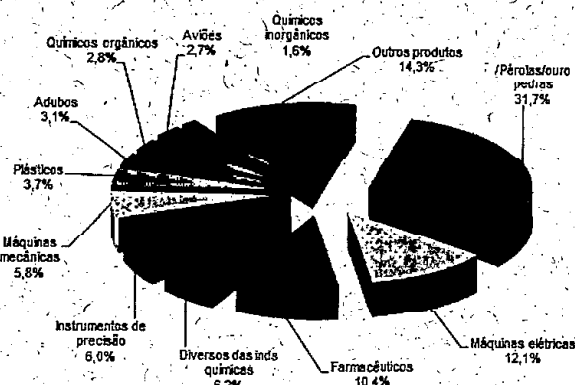
Descrição	2011	% no total	2012 (jan-ago)	% no total
Estados Unidos	8,7	11,8%	6,3	12,3%
China	5,5	7,4%	3,7	7,3%
Alemanha	4,6	6,2%	3,2	6,2%
Bélgica	4,5	6,1%	2,4	4,7%
Suíça	4,0	5,4%	2,8	5,5%
Itália	3,1	4,2%	1,9	3,7%
Reino Unido	2,8	3,8%	1,8	3,5%
Países Baixos	2,6	3,6%	1,9	3,8%
Japão	2,4	3,3%	1,3	2,6%
Turquia	2,2	3,0%	1,5	2,9%
...				
Brasil	0,230	0,3%	0,094	0,2%
Subtotal	40,6	55,1%	26,8	52,8%
Outros países	33,0	44,9%	23,9	47,2%
Total	73,6	100,0%	50,7	100,0%



Elaborado pelo INCEDE/INDEC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2013

ISRAEL: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES 2011 - US\$ bilhões

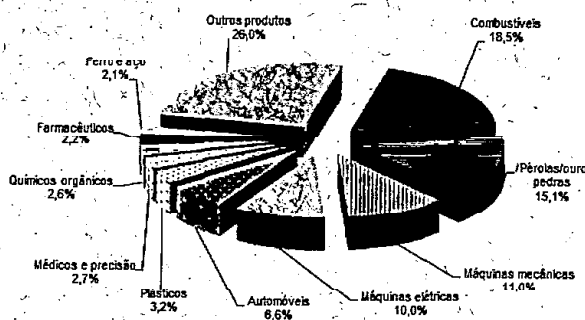
Descrição	2011	% no total
Pérolas/ouro/pedras	21,2	31,2%
Máquinas elétricas	8,2	12,1%
Farmacêuticos	7,0	10,4%
Diversos das inds químicas	4,2	6,2%
Instrumentos de precisão	4,0	6,0%
Máquinas mecânicas	3,9	5,8%
Plásticos	2,5	3,7%
Adubos	2,1	3,1%
Químicos orgânicos	1,9	2,8%
Aviões	1,9	2,7%
Químicos inorgânicos	1,1	1,6%
Subtotal	58,1	85,7%
Outros produtos	9,7	14,3%
Total	67,8	100,0%



Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados de UNCTAD/ITC/TradeMap

ISRAEL: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES 2011 - US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total
Combustíveis	13,6	18,5%
Pérolas/ouro/pedras	11,1	15,1%
Máquinas mecânicas	8,1	11,0%
Máquinas elétricas	7,4	10,0%
Automóveis	4,9	6,6%
Plásticos	2,4	3,2%
Médicos e precisão	2,0	2,7%
Químicos orgânicos	1,9	2,6%
Farmacêuticos	1,6	2,2%
Ferro e aço	1,5	2,1%
Subtotal	54,4	74,0%
Outros produtos	19,1	26,0%
Total	73,5	100,0%



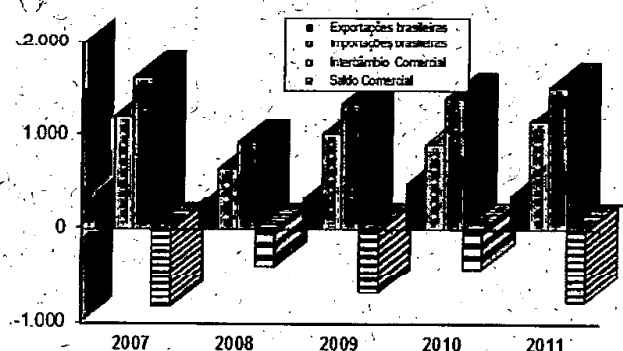
Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados de UNCTAD/ITC/TradeMap

BRASIL-ISRAEL: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	398,6	270,5	339,5	498,5	376,1
Varição em relação ao ano anterior	12,0%	-32,1%	25,5%	46,8%	-24,6%
Importações brasileiras	1.221,3	651,6	1.012,5	904,5	1.143,5
Varição em relação ao ano anterior	80,5%	-46,7%	55,4%	-10,7%	26,4%
Intercâmbio Comercial	1.619,9	922,1	1.352,1	1.403,0	1.519,6
Varição em relação ao ano anterior	56,9%	-43,1%	46,6%	3,8%	8,3%
Saldo Comercial	-822,8	-381,1	-673,0	-405,9	-767,5

Elaborado pelo MRE/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/ACEVOB.

Israel foi o 47º parceiro comercial brasileiro e absorveu 0,33% das trocas comerciais brasileiras em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país decresceu cerca de 6%, passando de US\$ 1,6 bilhão para US\$ 1,5 bilhão. Seguindo a mesma tendência as exportações e as importações recuaram cerca de 6%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em todo o intervalo, totalizou déficit de US\$ 768 milhões em 2012.



BRASIL-ISRAEL: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para Israel, 2012
			Valor	% no total	
Açúcar	75,4	175,9	97,4	25,9%	Açúcar
Carnes	105,7	83,3	77,3	20,5%	Carnes
Cereais	10,2	13,7	41,9	11,2%	Cereais
Plásticos	11,7	30,0	22,7	6,0%	Plásticos
Preparações hortícolas/frutas	5,6	14,4	18,6	4,9%	Preparações hortícolas/frutas
Café	17,0	13,6	13,9	3,7%	Café
Cobre	9,7	17,4	13,0	3,5%	Cobre
Madeira	19,5	17,8	12,4	3,3%	Madeira
Químicos orgânicos	13,0	14,7	11,7	3,1%	Químicos orgânicos
Máquinas elétricas	5,8	3,7	7,8	2,1%	Máquinas elétricas
Subtotal	273	385	317	84,2%	
Outros produtos	67	114	60	15,8%	
Total	340	499	376	100,0%	

Elaborado pelo MDE/PRADIC - Divisão de Relações Comerciais, com base em dados do UNICOMEX/ANEXO 2.

BRASIL-ISRAEL: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias de Israel, 2012
			Valor	% no total	
Adubos	498	385	517	45,2%	Adubos
Aviões	31	41	89	7,8%	Aviões
Químicos orgânicos	94	65	85	7,5%	Químicos orgânicos
Diversos inds químicas	38	42	83	7,2%	Diversos inds químicas
Máquinas mecânicas	61	57	60	5,3%	Máquinas mecânicas
Máquinas elétricas	68	74	56	4,9%	Máquinas elétricas
Farmacêuticos	52	24	40	3,5%	Farmacêuticos
Instrumentos de precisão	54	41	38	3,4%	Instrumentos de precisão
Plásticos	12	15	36	3,2%	Plásticos
Combustíveis	30	39	25	2,2%	Combustíveis
Subtotal	927	762	1.031	90,2%	
Outros produtos	86	122	113	9,8%	
Total	1.013	904	1.144	100,0%	

Elaborado pelo MDE/PRADIC - Divisão de Relações Comerciais, com base em dados do UNICOMEX/ANEXO 2.

Aviso nº 187 - C. Civil.

Em 14 de março de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 20/03/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF

OS:10947/2013